



Caminhos para a autonomia: estratégias para jovens acompanhados pela CPCJ para a vida independente

Catarina Libânia Freitas Cardoso

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para obtenção do Grau de Mestre em Educação Social: Educação e Intervenção ao Longo da Vida

Orientado por

Professora Doutora Cristina Maria Mesquita Gomes

Bragança
2025

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos os jovens que lutam diariamente pela sua autonomia e acreditam que é possível recomeçar.
A mim mesma, por não ter desistido, e a todos os que me acompanharam neste caminho de crescimento e independência.

Agradecimentos

Concluir esta investigação representa mais do que o fim de um ciclo académico, é o reflexo de um percurso de dedicação, superação e aprendizagem partilhada. A todos os que acompanharam e contribuíram para esta caminhada, deixo o meu mais sincero reconhecimento.

Em primeiro lugar, agradeço à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança e à Comissão Científica do Mestrado em Educação Social: Intervenção ao Longo da Vida, por proporcionarem o enquadramento académico e científico que sustentou esta investigação.

À Professora Doutora Cristina Mesquita, manifesto a minha sincera gratidão pela orientação rigorosa, pela disponibilidade constante e pelas valiosas sugestões que tanto contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Dirijo igualmente um agradecimento sentido às profissionais das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens que participaram neste estudo. A sua disponibilidade, partilha de experiências e reflexões foram fundamentais para compreender a complexidade e a relevância do tema abordado.

Num plano mais pessoal, agradeço ao meu namorado João Mourão, pela paciência, compreensão e apoio incondicional, especialmente nos momentos de maior incerteza. À minha melhor amiga Mariana, pela amizade verdadeira, pelas palavras de ânimo e pela presença constante. Às minhas amigas de curso, pela entreatajuda, pelo companheirismo e pelas partilhas que tornaram esta caminhada mais leve e significativa. À minha tia Gabriela, que sempre tinha a palavra certa para me confortar, e à minha família, pelo amor e apoio.

A todos, o meu sincero obrigada por acreditarem em mim e por contribuírem para que este percurso se tornasse uma experiência de crescimento pessoal e profissional.

Resumo

O presente estudo exploratório teve como foco compreender as percepções dos profissionais das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens sobre as práticas e experiências de apoio à autonomia de vida e sobre o acompanhamento personalizado de jovens em processo de autonomização, analisando como estes profissionais interpretam o seu papel na mediação entre as políticas institucionais e as necessidades concretas dos jovens que transitam do acolhimento para a vida independente. Os objetivos principais consistiram em analisar o impacto das CPCJ no acompanhamento pós-acolhimento, compreender as percepções dos profissionais sobre as práticas de promoção da autonomia, identificar as estratégias de acompanhamento individualizado e reconhecer os desafios e constrangimentos sentidos no processo de apoio à autonomia. A investigação seguiu uma abordagem qualitativa, centrada na análise compreensiva das percepções e representações dos profissionais. A recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, orientadas por um guião que abordou dimensões como a intervenção, a articulação com outros serviços e a avaliação dos resultados das práticas. Participaram no estudo seis profissionais pertencentes a uma CPCJ, com formações diversas nas áreas da educação, serviço social e psicologia, o que permitiu captar uma pluralidade de perspetivas sobre o fenómeno estudado. Os resultados mais significativos revelaram que as profissionais concebem o acompanhamento à autonomia como um processo relacional, flexível e ajustado às necessidades individuais dos jovens, articulando apoio prático e emocional, embora tenham identificado lacunas estruturais, nomeadamente a ausência de mecanismos formais de acompanhamento após a cessação das medidas de promoção e proteção e a limitação de recursos humanos e materiais, que dificultam a continuidade e a consistência das intervenções. O estudo contribui para uma compreensão aprofundada das percepções profissionais sobre as práticas de promoção da autonomia, evidenciando a necessidade de políticas mais integradas, de formação especializada e de dispositivos de avaliação que reforcem a qualidade e a sustentabilidade do acompanhamento pós-acolhimento.

Abstract

This exploratory study focused on understanding the perceptions of professionals from the Commissions for the Protection of Children and Young People (CPCJ) regarding the practices and experiences of supporting life autonomy and the personalised follow-up of young people in the process of becoming independent. It aimed to analyse how these professionals interpret their role in mediating between institutional policies and the concrete needs of young people transitioning from institutional care to independent living. The main objectives were to analyse the impact of the CPCJ in post-institutionalisation support, to understand professionals' perceptions of practices that promote autonomy, to identify strategies of individualised support, and to recognise the main challenges and constraints experienced in this process. The research followed a qualitative approach, focused on a comprehensive analysis of the professionals' perceptions and representations. Data were collected through semi-structured interviews guided by themes such as intervention practices, inter-service collaboration, and the assessment of outcomes. Six professionals from a CPCJ participated in the study, with backgrounds in education, social work, and psychology, which allowed for a diversity of perspectives on the phenomenon under study. The most significant results revealed that professionals conceive support for autonomy as a relational and flexible process, tailored to the individual needs of young people, combining practical and emotional guidance. However, they also identified structural gaps, namely the absence of formal mechanisms for follow-up after the cessation of child protection measures and the limited human and material resources that hinder the continuity and consistency of interventions. The study contributes to a deeper understanding of professionals' perceptions of practices promoting autonomy, highlighting the need for more integrated policies, specialised training, and evaluation mechanisms that can strengthen the quality and sustainability of post-institutionalisation support.

Acrónimos e Siglas

CAFAP - Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CNPDP CJ- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ- Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

DGE - Direção Geral de Educação

ESEB - Escola Superior de Educação de Bragança

IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional

LPCJP- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LPI - Lei de Proteção da Infância

OTM - Organização Tutelar de Menores

PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens Ex-Acolhidos

Índice

DEDICATÓRIA	V
AGRADECIMENTOS	VI
RESUMO	VII
ABSTRACT	IX
ACRÓNIMOS E SIGLAS	XI
ÍNDICE	XIII
ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS	XV
INTRODUÇÃO	1
1. COMISSÃO E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL	3
1.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA	3
1.2. CONTEXTO LEGAL E INSTITUCIONAL.....	5
1.3. FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS CPCJ.....	8
1.4. MODALIDADES DAS CPCJ	10
1.5. CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DE VIDA: AUTONOMIA E PROJETO DE VIDA	12
1.6. A TRANSIÇÃO PARA A VIDA INDEPENDENTE: PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO DE PRÉ E PÓS ACOLHIMENTO	14
1.6.1. <i>Autonomização durante o acolhimento</i>	14
1.6.2. <i>Autonomização após o acolhimento</i>	16
1.7. DESAFIOS E VULNERABILIDADES DOS JOVENS EX-ACOLHIDOS E A NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO.....	19
1.8. DESAFIOS DA CPCJ NA IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA DAS MEDIDAS DE AUTONOMIA	21
2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO E TRAJETO DO ESTUDO	23
2.1. FUNDAMENTAÇÃO, A QUESTÃO PROBLEMA E OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO.....	24
2.2. A METODOLOGIA QUALITATIVA COMO OPÇÃO	26
2.3. TRAJETÓRIA DA INVESTIGAÇÃO	27
2.3.1. <i>Análise contextual do estudo de investigação</i>	27
2.3.2. <i>Critérios de escolha dos sujeitos da investigação</i>	28
2.3.3. <i>Caracterização global dos participantes</i>	29
2.3.4. <i>Questões éticas do estudo</i>	30
2.3.5. <i>Investigadora comprometida e reflexividade ética na análise de dados</i>	31
2.4. ESTRATÉGIAS E MÉTODOS DE RECOLHA DE DADOS	32
2.4.1. <i>As entrevistas e o guião de entrevista semiestruturada</i>	33
2.4.2. <i>Realização das entrevistas</i>	34
2.5. PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS	35
3. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	41
3.1. ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS AOS PROFISSIONAIS DAS CPCJ	41
3.1.1. <i>Categoria A: Perfil e experiência dos profissionais</i>	41
3.1.2. <i>Categoria B: Estratégias de apoio à autonomia</i>	43
3.1.3. <i>Categoria C: Perceção sobre a autonomia dos jovens</i>	45
3.1.4. <i>Categoria D. Acompanhamento Personalizado</i>	47
3.1.5. <i>Categoria E - Desafios e limitações</i>	49
3.1.6. <i>Categoria F: Propostas de Melhoria</i>	51
3.2. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	53
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
4.1. LACUNAS E LIMITAÇÕES DO ESTUDO	57

4.2. RECOMENDAÇÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS E PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
ANEXOS.....	64
ANEXO I – CONSENTIMENTO INFORMADO.....	65
ANEXO II- GUIÃO DE ENTREVISTA AOS PROFISSIONAIS DA CPCJ.....	66
ANEXO III- PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA	68

Índice de Tabelas e Figuras

Tabela 1 - Caracterização das participantes.....	29
Tabela 2 - Sistema Categorical de análise	37

Introdução

A transição para a vida autónoma constitui um momento determinante na trajetória de jovens que viveram em contexto de acolhimento. Trata-se de uma fase marcada por desafios significativos, tanto a nível pessoal como social, exigindo um suporte consistente e estratégias adequadas para promover a sua integração plena na sociedade. No caso de Portugal, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens desempenham um papel central neste processo, através da aplicação de medidas de promoção e proteção, incluindo a medida de autonomia de vida. Contudo, a eficácia destas intervenções depende dos recursos disponíveis e também das práticas e perceções dos profissionais envolvidos.

Apesar da literatura nacional destacar a importância da preparação para a autonomia e da existência de redes de apoio robustas, verifica-se que poucos estudos exploram, de forma aprofundada, a perspetiva dos técnicos das CPCJ sobre as estratégias e desafios que estes jovens enfrentam neste processo. Conhecer as perceções destes profissionais é essencial, uma vez que elas influenciam diretamente as práticas que se desenvolvem nos contextos, as prioridades definidas e a forma como estabelecem a relação com os jovens. Além disso, compreender a visão dos profissionais permite identificar lacunas, dificuldades e oportunidades de melhoria, contribuindo para um apoio mais direcionado e humanizado.

O presente estudo surge, assim, da necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as estratégias de apoio à autonomização de jovens ex-acolhidos, a partir da experiência de três técnicas da CPCJ da região Norte de Portugal. A problemática central foca-se em compreender como é que estes profissionais percebem e implementam as medidas de apoio à autonomia, quais os principais obstáculos identificados e que propostas sugerem para otimizar este processo.

A metodologia adotada foi qualitativa, privilegiando a análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas. Esta abordagem permitiu explorar as perceções das participantes de forma aprofundada e contextualizada, dando voz a quem está diretamente envolvido no acompanhamento destes jovens.

A escolha desta metodologia justifica-se pela necessidade de captar a complexidade e a diversidade das experiências relatadas, tendo em conta que a autonomização não depende apenas de uma medida ou de um técnico, mas de um conjunto de fatores interligados, que

envolvem a rede de apoio e as condições institucionais. O estudo pretende, assim, contribuir para a reflexão e melhoria das práticas das CPCJ, promovendo um apoio mais consistente e adaptado às necessidades individuais dos jovens em processo de autonomização.

O trabalho organiza-se em diferentes secções: na primeira, onde se apresenta a revisão da literatura, que integra a evolução histórica e legal da proteção de crianças e jovens, o funcionamento e papel das CPCJ, os conceitos de autonomização e projeto de vida, bem como o que referem os estudos sobre os desafios que os jovens enfrentam na transição para a vida independente e os apoios existentes neste processo.

A segunda secção descreve a metodologia adotada, incluindo as opções metodológicas, os instrumentos de recolha e de análise de dados, particularmente o sistema categorial que orientou a análise de conteúdo. A terceira secção apresenta e discute os resultados, integrando as perceções das três participantes em cada categoria e nas subcategorias definidas. Por fim, a quarta secção apresenta as considerações finais, nas quais se sintetizam os principais resultados, se consideram as lacunas do estudo e se apontam recomendações para a prática profissional e para futuras investigações.

1. Comissão e Proteção de Crianças e Jovens em Portugal

A proteção das crianças e jovens é uma prioridade nas políticas sociais em Portugal, que representa um compromisso contínuo com os direitos humanos e o desenvolvimento social (Castro et al., 2023). A criação das CPCJ insere-se num contexto de transformação legislativa e institucional que acompanha a evolução das necessidades sociais das populações mais vulneráveis. Compreender esta trajetória histórica é fundamental para avaliar o funcionamento atual das comissões e os desafios que ainda persistem na defesa dos direitos das crianças e dos jovens em Portugal.

Tendo em conta a importância das CPCJ no panorama nacional da proteção da infância, o presente enquadramento teórico será organizado em várias secções, de modo a concretizar e aprofundar a temática da autonomização dos jovens. Num primeiro momento, serão explorados a evolução histórica, o contexto legal / institucional e o funcionamento das CPCJ, incluindo as modalidades que as suas intervenções revestem. Posteriormente, será abordada a construção da autonomia de vida e como se relaciona com o delineamento e concretização do projeto de vida dos jovens. Destacar-se-á o processo de transição para a vida independente, tanto durante como após o acolhimento. Neste âmbito, serão analisados os principais desafios e vulnerabilidades enfrentados pelos jovens ex-acolhidos e, por último, os principais desafios da CPCJ na implementação prática das medidas de autonomia de vida.

1.1. Evolução histórica

A CPCJ é resultado de um longo processo histórico de evolução das políticas de proteção das crianças e dos jovens. Essa trajetória pode ser dividida em grandes períodos e mudanças legislativas.

No início do século XX, a Lei de Proteção da Infância (1911) foi a primeira legislação a abordar a proteção de crianças e dos jovens em Portugal. Como destaca o Instituto de Segurança Social (ISS, 2010), a LPI de 1911 apresentava uma clara intenção de intervir precocemente na vida da criança em risco, promovendo a sua educação, regeneração moral e integração social, de modo a afastá-la dos meios considerados nocivos ou moralmente perigosos, refletindo uma visão moralizante e disciplinadora da época. Como afirmam Castro et. al. (2023), essa legislação refletia mais uma preocupação com a

proteção da sociedade face à delinquência juvenil do que com os direitos das crianças, colocando o foco na criança perpetradora e não na criança vítima, demonstrando um carácter repressivo predominante nesse período.

Durante o regime do Estado Novo, a Organização Tutelar de Menores criada em 1962 reforçou essa abordagem repressiva, tratando crianças abandonadas ou maltratadas como pré-delinquentes, necessitando de reeducação através de medidas disciplinares. Ao contrário da LPI de 1911, que tinha um enfoque mais generalizado na proteção das crianças, a OTM acentuou o perigo social representado por menores delinquentes, mas também por aqueles que se encontravam em situações de mendicidade, vadiagem, prostituição e libertinagem. Além disso, incluía os indisciplinados, referidos como menores maltratados ou abandonados que não se adaptavam às medidas ou instituições onde eram acolhidos. Esses menores eram vistos como ameaças à ordem social e, por isso, precisavam ser corrigidos através da reeducação (Castro et. al. 2023).

Na visão da OTM, quer sobre as crianças vítimas de maus-tratos ou abandono, quer sobre as crianças e jovens delinquentes ou com comportamentos considerados “imorais”, eram tratadas de forma semelhante. O objetivo era que essas crianças e jovens se ajustassem ao modelo moral e socialmente aceite pelo regime. Para os menores com deficiência mental e, em alguns casos, física, a abordagem da OTM era igualmente punitiva. Essas crianças eram internadas em instituições para os “anormais”, como os Institutos Médico-Psicológicos, como o Instituto Navarro Paiva e o da Condessa de Rilvas, criados na década de 1930 (Martins, 2006, citado por Castro et al. 2023). Nessas instituições, as crianças eram isoladas da sociedade, mantendo-se longe dos olhares da população em geral.

Após a revolução de 25 de abril de 1974, com a democratização do país, houve um esforço para alinhar as políticas de proteção da infância com os direitos humanos. Contudo, foi apenas em 1991 com o Decreto-Lei n.º 189/91, de 17 de maio que surge a criação das Comissões de Proteção de Menores, que se iniciou a “desjudicialização” do sistema, conferindo maior autonomia às comissões e integrando comunidades locais no processo de proteção, a OTM continuou em vigor por 37 anos, até que, em 1999, foi finalmente substituída pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro). Esta Lei inspirada na Convenção dos Direitos da Criança da Organização

das Nações Unidas (1989), representou um marco importante que separou a justiça juvenil do sistema de proteção da infância, criando um modelo focado na promoção do bem-estar e na proteção das crianças em risco.

Isso resultou na criação das CPCJ, que passaram a ser responsáveis por atuar em situações de risco para crianças, sem intervenção direta do sistema judiciário. Esta reforma visava modernizar o sistema de proteção, tornando-o mais focado no bem-estar das crianças e menos carácter punitivo das medidas aplicadas anteriormente (Castro et al., 2023)

Além disso, refletiu a necessidade de um modelo mais integrado, que envolvia instituições locais e a comunidade na proteção das crianças, permitindo uma abordagem mais prevenida e menos repressiva, ou seja, este novo modelo passou a ser alinhado com os direitos humanos com uma visão mais centrada nas crianças como sujeito de direitos humanos e não como um problema a ser corrigido (Castro et. al. 2023).

1.2. Contexto Legal e Institucional

A LPCJP, estabelecida pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, é o diploma legal que orienta e regula a intervenção no sistema nacional de promoção e proteção de crianças e jovens. Este diploma levou à criação das CPCJ, instituições de carácter não judicial dedicadas tanto à prevenção quanto à intervenção em situações de risco para crianças e jovens (Castro et. al. 2023) e com autonomia funcional, cujo objetivo é promover os direitos das crianças e jovens e prevenir ou interromper situações que possam comprometer a sua segurança, saúde, educação, formação ou desenvolvimento integral (Carvalho, 2021).

Desde a sua criação, a LPCJP sofreu várias atualizações no sentido de reforçar a proteção de crianças e jovens. A primeira alteração foi realizada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, que ajustou vários artigos, incluindo os relativos às medidas de acolhimento e proteção. Posteriormente, a Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, trouxe uma reformulação mais abrangente, com alterações em vários artigos, visando reforçar os mecanismos de proteção e adaptação às novas realidades sociais. Com alterações de vários artigos visou-se reforçar os mecanismos de proteção e adaptar o enquadramento legal às novas realidades sociais. Esta adaptação resultou das profundas transformações verificadas na sociedade portuguesa desde a aprovação inicial da lei, nomeadamente as mudanças nas dinâmicas familiares, o aumento das situações de vulnerabilidade social associadas à pobreza e à precariedade, o impacto das tecnologias digitais na vida das crianças e jovens,

a maior diversidade cultural e étnica das comunidades e o reconhecimento de novas formas de violência e negligência. Assim, esta revisão procurou ajustar a intervenção das entidades com competência em matéria de infância e juventude a um contexto social mais complexo e diversificado, garantindo respostas mais adequadas às necessidades emergentes das crianças e dos jovens.

Em 2017, a Lei n.º 23/2017, de 23 de maio, introduziu mudanças que ampliaram a proteção até aos 25 anos em determinadas circunstâncias. Esta medida visou assegurar a continuidade do acompanhamento e do apoio a jovens que, embora tenham atingido a maioridade, permanecem em situação de vulnerabilidade, em especial aqueles que estiveram sujeitos a medidas de promoção e proteção e que se encontram em processo de autonomização após períodos de acolhimento. A legislação passou, assim, a permitir a manutenção das medidas de proteção até aos 21 anos, ou até aos 25 anos quando os jovens frequentam programas de formação profissional, o ensino superior ou outras respostas de inserção social. O prolongamento destas medidas tem carácter voluntário, dependendo do consentimento do jovem e da avaliação da necessidade de continuidade do apoio. Com esta alteração, pretendeu-se favorecer uma transição gradual e acompanhada para a vida adulta, reforçando a autonomia pessoal, social e profissional e prevenindo situações de exclusão social após o término das medidas de proteção.

Posteriormente, a Lei n.º 26/2018, de 5 de julho, introduziu novos ajustamentos à LPCJP, reforçando a articulação entre as CPCJ, as entidades judiciais e os serviços públicos de diferentes setores, como a saúde, a educação e a segurança social. Estas alterações procuraram tornar mais efetiva a cooperação interinstitucional e melhorar a continuidade das intervenções, assegurando uma resposta mais integrada e centrada no superior interesse da criança. A lei veio também clarificar procedimentos relativos à avaliação das situações de perigo, à comunicação de casos e à execução das medidas de promoção e proteção, contribuindo para uma atuação mais célere, coordenada e transparente das entidades envolvidas.

A mais recente alteração à LPCJP ocorreu com a Lei n.º 23/2023, de 25 de maio, que introduziu os artigos 63.º-A e 63.º-B, reforçando a importância da transição para a vida adulta e da continuidade do acompanhamento após o termo das medidas de proteção. O artigo 63.º-A prevê a criação de programas específicos de autonomização, destinados a

apoiar jovens que cessam medidas de acolhimento, promovendo o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais que favoreçam a sua integração na sociedade. Já o artigo 63.º-B regula a retoma de medidas de acolhimento, possibilitando que, em situações excepcionais e mediante avaliação técnica, os jovens possam voltar a beneficiar de apoio institucional, evitando ruturas abruptas no processo de autonomização. Estas alterações refletem um reforço do princípio da continuidade das intervenções, reconhecendo que a transição para a vida adulta requer acompanhamento sustentado e respostas flexíveis, ajustadas às necessidades de cada jovem.

A LPCJP define ainda, no artigo 35.º, um conjunto de medidas de promoção e proteção, que se dividem em duas categorias principais: as medidas em meio natural de vida e as medidas de colocação. As primeiras incluem o apoio junto dos pais, o apoio junto de outro familiar, a confiança a pessoa idónea e o apoio para a autonomia de vida, sendo esta última abordada de forma mais aprofundada no ponto 3.2. por constituir o foco central deste estudo. As medidas de colocação compreendem o acolhimento familiar, o acolhimento em instituição e a confiança à pessoa selecionada ou instituição com vista à adoção, assegurando uma resposta diferenciada conforme a gravidade da situação de perigo e o contexto familiar e social da criança ou do jovem.

Ao longo das sucessivas alterações legislativas, a LPCJP tem vindo a consolidar um quadro de intervenção mais abrangente e adaptado às necessidades das crianças e jovens em risco, reforçando não apenas os mecanismos de proteção, mas também a continuidade do apoio durante a transição para a vida adulta. Desde a criação das CPCJ, com autonomia funcional e capacidade de intervenção em situações de risco, até à introdução de programas específicos de autonomização e medidas de retoma de acolhimento, a legislação tem procurado assegurar respostas flexíveis, integradas e centradas no superior interesse da criança. Esta evolução evidencia a preocupação crescente com a prevenção, proteção e promoção do desenvolvimento integral, estabelecendo simultaneamente uma base sólida para o funcionamento das CPCJ e para a articulação entre entidades judiciais, serviços públicos e familiares. Contudo, alguns autores apontam limitações, nomeadamente a heterogeneidade na aplicação das medidas entre diferentes comissões, a dependência de recursos humanos e financeiros escassos e a dificuldade em garantir a continuidade do acompanhamento em contextos de transição para a vida adulta, que

podem comprometer a plena concretização dos objetivos da LPCJP (Castro et al., 2023; Carvalho, 2021).

1.3. Funcionamento e organização das CPCJ

As CPCJ constituem um elemento central do sistema nacional de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, funcionando como entidades não judiciais com autonomia funcional. A sua criação e desenvolvimento visam assegurar uma intervenção integrada e precoce em situações de risco, promovendo os direitos das crianças e jovens e prevenindo ou interrompendo situações que possam comprometer a sua segurança, saúde, educação, formação ou desenvolvimento integral. O funcionamento das CPCJ depende, assim, de uma articulação constante entre os seus diferentes órgãos, bem como de relações colaborativas com entidades judiciais, serviços públicos e instituições da sociedade civil.

A estrutura organizacional das CPCJ envolve não apenas os órgãos que a compõem, mas também as relações de interdependência entre eles, refletidas na distribuição de responsabilidades, nos processos de decisão e na coordenação das diferentes tarefas. Compreender esta estrutura implica analisar as características da organização, incluindo a sua complexidade, os mecanismos de coordenação, o grau de centralização e as sinergias geradas entre os membros (Silva, 2018). Esta perspetiva permite perceber de que forma a organização das CPCJ influencia as intervenções e a articulação entre os diferentes profissionais e serviços envolvidos na proteção e promoção do bem-estar das crianças e jovens.

As CPCJ são entidades não judiciais com autonomia funcional, que conforme se referiu anteriormente foram criadas pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a finalidade de promover os direitos das crianças e jovens e prevenir ou interromper situações que possam comprometer a sua segurança, saúde, educação, formação ou desenvolvimento integral. Estas comissões assumem um papel central no sistema nacional de promoção e proteção de crianças e jovens em risco, assegurando uma intervenção precoce e integrada em contextos de vulnerabilidade. A sua atuação procura articular-se com múltiplos setores da sociedade, incluindo famílias, escolas, serviços de saúde e instituições da sociedade civil, garantindo respostas ajustadas às necessidades específicas de cada criança ou jovem.

A supervisão e coordenação das CPCJ a nível nacional são asseguradas pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, criada pelo Decreto-Lei n.º 159/2015, de 10 de agosto. Este órgão superior tem como missão planificar e coordenar a intervenção do Estado na área da infância e juventude, promovendo a articulação entre os diferentes serviços públicos e privados envolvidos na proteção das crianças e jovens. A CNPDPCJ também orienta as CPCJ locais quanto aos procedimentos de avaliação de risco, aplicação de medidas de promoção e proteção e gestão de recursos, procurando uniformizar práticas e garantir que os princípios legais sejam respeitados em todo o território.

A nível local, as CPCJ são compostas por representantes de várias entidades públicas e privadas, como a Segurança Social, autarquias, centros de saúde, escolas e organizações não governamentais. Esta composição multissetorial favorece uma abordagem colaborativa, permitindo que diferentes perspetivas e competências sejam integradas na análise de cada situação de risco. A estrutura interna das CPCJ reflete esta complexidade, envolvendo a distribuição de responsabilidades, os processos de decisão e a coordenação das tarefas, de modo a assegurar uma intervenção articulada e contínua (Silva, 2018).

O financiamento das CPCJ provém de fontes distintas. A CNPDPCJ recebe verbas do Orçamento de Estado, que são distribuídas às CPCJ de acordo com as necessidades de cada território, enquanto as autarquias locais podem contribuir financeiramente para cobrir despesas operacionais, como aluguer de instalações, materiais de escritório e serviços básicos. A gestão destes recursos é descentralizada, cabendo às CPCJ a responsabilidade de administrar as verbas de forma transparente e em conformidade com as normas legais, garantindo que os apoios e intervenções se mantenham adequados às necessidades das crianças e jovens e às prioridades definidas pelas políticas nacionais (Silva, 2018).

Conforme o disposto no artigo 14º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, o município é responsável por assegurar o apoio ao funcionamento das comissões de proteção, abrangendo as áreas logística, financeira e administrativa. Para tal, podem ser estabelecidos protocolos de cooperação com os serviços e organismos do Estado representados na Comissão Nacional. O apoio logístico inclui a disponibilização de meios, equipamentos e recursos essenciais ao bom funcionamento das comissões, como

instalações, tecnologia, comunicação e transportes, seguindo as diretrizes definidas pela Comissão Nacional. Já o apoio financeiro consiste na atribuição de um fundo de maneiio, destinado a cobrir despesas ocasionais e de pequeno valor, relacionadas com atuação das comissões junto das crianças, jovens, famílias ou responsáveis pela sua guarda legal e de facto, também conforme as orientações da Comissão Nacional (Silva, 2018).

Um dos principais pontos positivos no funcionamento e organização das CPCJ, frequentemente destacado nos relatórios de avaliação, é a capacidade de intervenção local. Isso permite uma maior proximidade com o contexto social e familiar das situações que acompanham, facilitando uma atuação interdisciplinar e em parceria. Além disso, a multidisciplinaridade das equipas técnicas das CPCJ contribui significativamente para a complementaridade do trabalho desenvolvido (Pedroso et. al. 2019), já que diferentes profissionais colaboram a partir das suas áreas de especialização o que resulta numa abordagem abrangente e eficaz no atendimento. Por outro lado Silva, (2018) destaca, apesar da diversidade de especialidades, as equipas das CPCJ funcionam de forma integrada, assemelhando-se a uma equipa interdisciplinar, onde cada profissional, ao trabalhar com as famílias e menores, mantém os outros membros da equipa atualizados sobre os avanços e intervenções realizadas. Apesar disso, existem desafios na organização do trabalho, nomeadamente no que diz respeito à disponibilidade dos técnicos e ao acesso dos utilizadores aos serviços.

O horário de funcionamento das CPCJ é fixo, das 9h às 17h, com uma pausa para almoço entre as 12h30 e as 14h. Essa rigidez pode gerar dificuldades para os utilizadores, especialmente devido à incompatibilidade com os seus horários de trabalho, dificultando o acesso aos serviços. Além disso, a intervenção das CPCJ não é feita apenas por técnicos a tempo integral. Muitos profissionais atuam a tempo parcial, acumulando funções noutras instituições e dedicando apenas 7 horas semanais à CPCJ, das quais 2 horas são reservadas para reuniões da comissão restrita (Silva, 2018).

1.4.Modalidades das CPCJ

As CPCJ funcionam em duas modalidades complementares: comissão alargada e comissão restrita, cada uma com funções específicas no sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo (Pedroso et al., 2019).

A comissão alargada tem um caráter mais preventivo e educativo, sendo responsável por promover os direitos das crianças e jovens e por prevenir situações de risco. Integra representantes de diversas entidades, incluindo o Município, a Segurança Social, o Ministério da Educação, os serviços de saúde, instituições particulares de solidariedade social, associações de pais, organizações juvenis, forças de segurança e quatro cidadãos cooptados pela Assembleia Municipal, escolhidos com base em conhecimentos ou competências relevantes (Picado, 2013). De acordo com o artigo 18.º da LPCJP, esta modalidade realiza ações de promoção e prevenção, sensibiliza a comunidade para os direitos das crianças e jovens, dinamiza e emite pareceres sobre programas e políticas de proteção e aprova o relatório anual de atividades, elaborado pelo presidente (Oliveira, 2014). Embora funcione em plenário, a comissão pode formar grupos de trabalho para abordar temas prioritários, assegurando articulação com redes locais e com a CNPDPCJ, reforçando a prevenção e promoção primária dos direitos das crianças e jovens.

O trabalho em e com a comunidade tem sido fundamental para o reconhecimento do papel das CPCJ. A modalidade alargada, em particular, assume um papel central na divulgação das competências das comissões, utilizando estratégias de marketing social para aumentar a sensibilização e o entendimento do público acerca da sua importância na proteção de crianças e jovens. Internamente, o funcionamento da modalidade alargada tem mostrado progressos positivos, com a maioria das CPCJ a possuir regulamentos internos e planos de ação aprovados em plenário, o que trouxe vantagens como maior visibilidade na comunidade, maior sensibilização para questões relacionadas com crianças e jovens em risco e maior comprometimento por parte dos membros (Pedroso et al., 2019).

Por sua vez, a comissão restrita tem um caráter operacional e intervencionista, atuando diretamente nas situações em que a criança ou jovem se encontra em perigo (Picado, 2013). É composta por profissionais de serviço social, psicologia, educação e saúde, podendo incluir representantes de outras entidades consoante as necessidades do caso. Esta comissão é responsável por atender e orientar as pessoas que procuram a CPCJ, avaliar as situações apresentadas, decidir sobre a abertura ou arquivamento de processos e aplicar, acompanhar ou retificar as medidas de promoção e proteção. A comissão restrita pode ainda solicitar pareceres ou colaboração de técnicos da comissão alargada ou de outras entidades públicas e privadas (Oliveira, 2014).

Na modalidade restrita, é essencial avaliar diversos aspetos para garantir uma intervenção adequada, incluindo a composição da equipa, considerando a formação, a disponibilidade e necessidades de reforço técnico; o horário de funcionamento e os meios utilizados para garantir atendimento contínuo; a organização do trabalho processual, incluindo a periodicidade das reuniões, critérios de distribuição de tarefas, formas de contacto com os representantes legais da criança ou jovem e a participação dos membros da comissão na celebração dos acordos de promoção e proteção; bem como a articulação com o Ministério Público (Oliveira, 2014).

Desta forma, ambas as modalidades operam de forma complementar: a comissão alargada centra-se na prevenção e sensibilização da comunidade, enquanto a comissão restrita intervém diretamente em casos de risco, garantindo respostas adequadas, coordenadas e centradas no superior interesse da criança ou do jovem. Esta articulação entre modalidades permite às CPCJ atuar de forma integrada e contínua, promovendo uma proteção abrangente e coerente no âmbito das crianças e jovens em perigo.

1.5. Construção da autonomia de vida: autonomia e projeto de vida

Desde o início da década de 1990, o conceito de projeto de vida passou a assumir um papel central no sistema português de proteção à criança, sobretudo no contexto do acolhimento institucional. Este conceito surge como instrumento estratégico, destinado a orientar a intervenção institucional e a promover o bem-estar das crianças e jovens, articulando o seu percurso de forma individualizada e estruturada. De acordo com Fernandes (2013), o projeto de vida visa acelerar o processo de saída do acolhimento considerando uma medida temporária e transicional, cujo objetivo principal é garantir que a criança ou jovem seja encaminhado para contextos familiares ou comunitários mais seguros. A personalização do acompanhamento estabelece metas e estratégias ajustadas às características, necessidades e aspirações de cada indivíduo, promovendo uma transição gradual, segura e autónoma.

Nesse sentido, a conceção de projeto de vida encontra-se fortemente ligada ao princípio do superior interesse da criança ou do jovem, consagrado tanto na Convenção sobre os Direitos da Criança como na legislação nacional, nomeadamente na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Moreira (2022) salienta que a elaboração e implementação destes projetos devem ser conduzidas por equipas multidisciplinares, envolvendo profissionais de serviço

social, psicologia, educação e saúde, que atuem de forma articulada para promover o desenvolvimento holístico do indivíduo. Assim, o projeto de vida não se limita a definir etapas práticas para a independência, mas constitui um guia estratégico capaz de integrar dimensões emocionais, cognitivas e sociais, orientando o percurso de vida da criança ou jovem.

Para além disso, é imprescindível destacar o papel do educador de referência, que funciona como ponto de ligação privilegiado entre a criança ou jovem e a instituição. Gomes (2010) sublinha que este profissional deve estar disponível para explicar todo o percurso vivido desde a entrada na instituição, esclarecer as razões da situação atual e apoiar a projeção do futuro, considerando expectativas, metas e ansiedades. A relação com o educador deve assentar no diálogo, na escuta ativa e no apoio emocional, criando condições para que o jovem compreenda melhor a sua história, construa a própria identidade e desenvolva segurança para tomar decisões informadas e conscientes.

Neste contexto, a vinculação afetiva constitui um elemento central, uma vez que permite à criança ou jovem estabelecer laços seguros e consistentes, mesmo num ambiente institucional transitório. Carvalho et al. (2015) destacam que vínculos afetivos estáveis favorecem o desenvolvimento da autonomia, a regulação emocional e a capacidade de estabelecer relações interpessoais saudáveis. A ausência de vínculos sólidos pode comprometer a confiança do jovem, dificultar o planeamento do futuro e aumentar a vulnerabilidade face a transições críticas, como a saída do acolhimento.

Por conseguinte, a promoção da autonomia deve ser entendida como um processo gradual, que se desenvolve através da interação com figuras de referência e do envolvimento ativo do jovem nas decisões que o afetam. O projeto de vida, nesse sentido, deve fomentar competências de tomada de decisão, resolução de problemas, auto-orientação e responsabilidade social, preparando o jovem para gerir a sua vida e enfrentar desafios de forma consciente e responsável (Gomes, 2010; Carvalho et al., 2015). O educador de referência assume, assim, um papel duplo: apoiar a construção da identidade e fornecer recursos emocionais e práticos necessários à autonomização.

Além disso, a implementação prática do projeto de vida exige estratégias diversificadas, incluindo atividades individuais e de grupo, experiências práticas, programas estruturados e avaliação contínua dos resultados. Fernandes (2013) reforça que a participação ativa

das crianças e jovens na construção do seu projeto de vida é fundamental, devendo sempre ser considerada a idade, o grau de desenvolvimento e as características individuais. Moreira (2022) acrescenta que a intervenção deve identificar competências essenciais a desenvolver, garantindo que a saída do acolhimento seja acompanhada de recursos emocionais, sociais e práticos suficientes para assegurar uma transição segura.

Por fim, a adolescência, período marcado por intensas mudanças biológicas, psicológicas e sociais, assume especial relevância no processo de autonomização. Nesta fase, consolidam-se competências de autonomia emocional, social e prática, permitindo ao jovem assumir progressivamente a responsabilidade pelas suas escolhas e ações. A autonomização refere-se à capacidade de refletir, planejar e gerir a própria vida, integrando aprendizagem prática, tomada de decisão consciente e construção de estratégias para enfrentar desafios futuros (Gomes, 2010; Carvalho et al., 2015).

O projeto de vida constitui um instrumento estratégico e integrador, que articula princípios legais, práticas multidisciplinares e desenvolvimento individual. Ao reconhecer o papel do educador de referência e a importância da vinculação afetiva, promove a autonomia progressiva e prepara as crianças e jovens para a vida adulta de forma estruturada, segura e responsável, respeitando sempre o superior interesse do indivíduo (Fernandes, 2013; Moreira, 2022; Carvalho et al., 2015; Gomes, 2010).

1.6. A transição para a vida independente: processo de autonomização de pré e pós acolhimento

A transição para a vida independente pode ser descrita como o processo em que o jovem começa a assumir novas responsabilidades, progressivamente conquistando mais autonomia em relação aos adultos que o orientaram até então. Essa jornada inclui a conclusão da educação formal, a entrada no mercado de trabalho, o estabelecimento de relações maduras e a criação de um lar próprio. Embora a fase mais intensa dessa transição ocorra geralmente após os 18 anos, há diversas iniciativas e intervenções que procuram preparar os jovens para essa mudança desde os primeiros anos da adolescência (López, M. et. al. 2013).

1.6.1. Autonomização durante o acolhimento

A transição da adolescência para a vida adulta é um percurso complexo e desafiador, marcado por diversas mudanças que podem impactar o jovem caso não haja uma

preparação adequada. Esse processo torna-se ainda mais desafiador quando o jovem enfrenta uma adolescência instável e conturbada, carecendo de competências essenciais que poderiam facilitar sua transição para a vida adulta (Sousa, 2015).

Para jovens que crescem em instituições de acolhimento, essa transição adquire contornos mais específicos. A experiência institucional, independentemente da sua duração, impacta os jovens de acordo com a sua capacidade de adaptação. Após o período de acolhimento, eles vão-se integrando gradualmente em contextos normalizados de vida (Rodrigues, 2016). No entanto, sem um adequado processo de autonomização durante o acolhimento, todas as respostas sociais no pós-acolhimento serão ineficazes, dificultando a inserção desses jovens na sociedade (Pereira, 2016).

Nesse sentido, é fundamental que as gestões das instituições estejam sempre focadas em responder eficazmente e positivamente às necessidades individuais de cada jovem. Isso implica na criação de uma cultura organizacional bem definida, onde todos os colaboradores compreendam a missão da instituição, compartilhem valores comuns e saibam qual é o papel na construção de cada um na construção de um futuro melhor para os jovens acolhidos. Além disso, a formação específica e a conscientização dos profissionais sobre o impacto de seu trabalho no desenvolvimento dos jovens são essenciais para garantir um ambiente seguro e propício ao seu crescimento (Gomes, 2010).

O desenvolvimento da autonomia durante o acolhimento é um processo gradual, que visa preparar os jovens para uma vida independente e autossuficiente, ainda antes de deixarem as instituições de acolhimento. Esse desenvolvimento ocorre por meio de programas de pré-autonomia, iniciativas internas das instituições, que visam preparar os jovens para a vida independente, oferecendo atividades que ensinam competências práticas, como a economia doméstica e a gestão financeira. Contudo, esses programas muitas vezes focam-se mais em competências instrumentais, deixando de lado o desenvolvimento emocional (Câmara Municipal do Porto, 2023). Assim, a legislação, aliada a esses programas, representa um esforço contínuo para assegurar que os jovens em acolhimento possam alcançar uma transição segura e satisfatória para a vida independente.

Além do papel educativo e preparatório, as instituições de acolhimento assumem uma função semelhante à de um contexto familiar e social, moldando os comportamentos e

relações dos jovens acolhidos. Por isso, é essencial intervir desde o momento da sua entrada, evitando que as suas referências se tornem um fator prejudicial no seu desenvolvimento pessoal e social (Sousa, 2015).

Entretanto, a promoção da autonomia no âmbito da intervenção social enfrenta desafios que podem dificultar ou até mesmo impedir o seu progresso, devido a diversas particularidades tanto da população atendida quanto da própria instituição.

Entre esses desafios, destacam-se as experiências traumáticas de perda e separação, que podem tornar os jovens mais distantes e receosos em criar vínculos afetivos. Além disso, o histórico de maus-tratos, a baixa autoestima e o déficit de competências sociais e de relacionamento dificultam ainda mais o processo de integração na vida adulta (Sousa, 2015).

Por fim, o sucesso do processo de autonomização depende da criação de uma rede de apoio multidisciplinar, formada por técnicos, educadores, psicólogos e outros profissionais. Esse acompanhamento contínuo durante o acolhimento ajuda a identificar dificuldades individuais e a propor intervenções personalizadas, garantindo que os jovens adquiram não apenas habilidades práticas, mas também resiliência emocional para enfrentar a vida independente com confiança.

1.6.2. Autonomização após o acolhimento

A legislação em vigor, nomeadamente a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações posteriores, estabelece medidas para apoiar a autonomia de jovens, promovendo uma transição segura para a vida independente. Entre essas medidas, o apoio à autonomia de vida, previsto no art.º 45, visa proporcionar acompanhamento psicopedagógico e social a jovens a partir dos 15 anos, além de apoio financeiro e acesso a programas de formação profissional. Esta medida é direcionada a jovens que, devido à sua situação familiar ou pessoal, requerem suporte contínuo para uma transição segura.

O objetivo é que o jovem desenvolva gradualmente as competências necessárias para viver de forma independente, em termos profissionais, escolares ou sociais.

A aplicação desta medida, conforme a maturidade do jovem e o seu projeto de vida, visa afastá-lo de contextos de risco ou perigo, elaborando em conjunto, um plano que inclua a sua formação escolar e pessoal, permitindo-lhe desenvolver as competências necessárias

para autonomizar-se (Decreto-Lei nº 12/2008, art.º 30). É efetuada mediante certos requisitos, uma vez que não pode ser aplicada a qualquer jovem. Deve ser implementada considerando as competências do jovem, particularmente em relação à capacidade de adquirir os recursos necessários para se tornar autónomo, como habitação, alimentação e formação.

A equipa técnica responsável pelo acompanhamento do jovem tem a responsabilidade de avaliar se o jovem cumpre os critérios necessários, realizando um diagnóstico de inserção e efetuando os encaminhamentos apropriados. Isso permite criar um perfil individual que incluirá as expectativas e motivações do jovem para alcançar a sua autonomia (Decreto-Lei nº 12/2008, art.º 31).

O acompanhamento destes jovens é realizado através da monitorização feita pela equipa técnica de uma CPCJ, que realiza visitas regulares ou atendimentos. Durante esse processo, são avaliados os progressos do jovem em relação aos apoios recebidos e à sua situação em áreas como formação, trabalho e habitação (Decreto-Lei nº 12/2008, art.º 33).

A medida de apoio para a autonomia de vida termina quando o jovem atinge a maioridade ou, se tiver solicitado prolongamento, aos 21 anos. No entanto, as medidas podem ser estendidas até aos 25 anos, caso o jovem esteja inserido em programas educativos ou de formação profissional e renove o pedido de continuidade (art.º 63).

Quando a medida cessa, deve haver uma preparação prévia para que o jovem possa iniciar o seu percurso de forma autónoma, sem a intervenção direta da equipa técnica. No entanto, a equipa, através dos serviços locais, deve continuar a acompanhar o desenvolvimento do jovem, caso ele concorde, por um período de até seis meses (Decreto-Lei nº 12/2008, art.º 34).

Adicionalmente, o Artigo 63-B institui o Programa de Autonomização. Este programa, aplicado quando se prevê o fim das medidas de proteção, oferece às crianças e jovens em acolhimento condições económicas, sociais, habitacionais e acompanhamento técnico necessários até à cessação definitiva dessas medidas. Para cumprir o programa, as CPCJ recebem apoio financeiro e logístico do Ministério da Tutela, assegurando que cada comissão disponha dos recursos necessários para implementar estratégias de suporte.

Na prática, a transição para a vida independente requer um acompanhamento que facilite a adaptação, tanto do jovem quanto da sua família, permitindo que esta compreenda e se

ajuste às mudanças que o período de acolhimento promoveu. Como sugerem Alvarez et al. (2014, citado por Cancujo, 2023), a criação de unidades de transição para a vida ativa oferece aos jovens adultos oportunidades de desenvolver as habilidades de autonomia necessárias.

Para que esta saída do sistema de acolhimento ocorra com qualidade, é crucial que os jovens tenham acesso a experiências adaptativas que promovam bem-estar, saúde e satisfação pessoal, com atenção ao seu contexto familiar, social, escolar ou profissional, conforme defendem Pinheiro (2004) e Cancujo (2023). Assim, a transição para a independência, deve assim apoiar o jovem na valorização dos aspetos positivos e na minimização dos impactos negativos que possam ocorrer durante este processo.

Nesse sentido, os apartamentos de autonomização surgem como uma resposta social que permite aos jovens, a partir dos 15 anos, desenvolver uma rotina independente, aprender a gerir as suas finanças pessoais e adquirir competências para a vida adulta, sempre com um acompanhamento técnico adequado. No entanto, apesar da sua importância, esses espaços ainda são escassos face ao número de jovens institucionalizados, tornando-se insuficientes para responder à crescente necessidade dessa população (Sousa, 2015).

A transição para a vida adulta representa um momento de grande expectativa para muitos jovens, especialmente para aqueles que passaram a infância e adolescência em instituições de acolhimento. No entanto, esse processo pode gerar sentimentos ambíguos: ao mesmo tempo que surge a sensação de liberdade, podem emergir também o medo e a insegurança (Sousa, 2015). Sem um suporte adequado, há o risco de perpetuar ciclos de dificuldades e exclusão social, comprometendo o impacto positivo que as instituições visam alcançar (Pimentel et al., 2019).

Portanto, ampliar o número de apartamentos de autonomização e reforçar os apoios destinados à autonomia dos jovens são passos fundamentais para garantir uma integração sólida e bem-sucedida na sociedade. Investir na autonomização significa proporcionar oportunidades reais de inclusão, prevenindo situações de vulnerabilidade e promovendo um futuro mais estável para esses jovens.

1.7. Desafios e vulnerabilidades dos jovens ex-acolhidos e a necessidade de acompanhamento

A transição para a vida independente representa um período complexo e desafiador, especialmente para jovens provenientes de sistemas de acolhimento institucional. Durante esse processo, jovens que vivenciaram períodos prolongados em instituições enfrentam desafios significativos para alcançar a autonomia e a integração social. Entre os principais fatores que contribuem para a vulnerabilidade desses jovens estão a carência de suporte emocional, social e financeiro, somada a uma formação limitada de competências para a vida adulta e para o mercado de trabalho (Neto, 2021). Sem um suporte contínuo, muitos acabam por encontrar barreiras e desenvolver dificuldades significativas para gerir a vida independente. Essa situação pode resultar em dificuldades no acesso à habitação, emprego estável e formação profissional, essenciais para a sua integração plena na sociedade (Courtney & Dworsky, 2006).

Pereira (2016) reforça que a ausência de suporte contínuo pode levá-los a percursos de vida desviantes, seja pela falta de alternativas, seja pela incapacidade de tomar decisões informadas sobre o seu futuro. A criação de medidas que garantam um acompanhamento após o acolhimento é, portanto, fundamental para evitar que esses jovens caiam em situações de marginalidade ou dependência de apoios sociais. É amplamente reconhecida a necessidade de garantir suporte no período pós-acolhimento, independentemente do nível de autonomia, escolaridade ou competências sociais que o jovem tenha adquirido durante a sua permanência na instituição (Pereira, 2016).

Lima (2010, citado por Gaspar, 2014) destaca que o acompanhamento psicossocial e o apoio financeiro após a saída do acolhimento são essenciais para a promoção de um desenvolvimento sustentável e seguro. Estes elementos auxiliam o jovem a consolidar um projeto de vida e a criar uma rede de suporte que proporcione estabilidade a longo prazo. Em complemento, Mendes (2021) argumenta que programas de autonomização são fundamentais, mas defende que devem ser ajustados às necessidades individuais dos jovens, considerando tanto as suas competências práticas quanto emocionais.

Existem vários desafios que dificultam esse processo de autonomização sustentada. Entre eles, destaca-se a baixa autoestima e autoconfiança, resultantes de experiências passadas pouco gratificantes, que geram insegurança e afetam o seu desenvolvimento global. Além

disso, muitos apresentam dificuldades cognitivas e sociais, falta de relações significativas e redes de apoio frágeis ou inexistentes. Outro fator relevante é a influência de modelos de referência inconsistentes e de um ambiente imprevisível, onde as circunstâncias lhes são frequentemente impostas (Gomes, 2010).

Para minimizar esses desafios, é fundamental definir um plano de intervenção que fortaleça a criança ou o jovem, ajudando-a a sentir que tem controle sobre a sua vida e estimulando o desenvolvimento da sua resiliência. Dessa forma, será possível capacitá-los para enfrentar os desafios da vida adulta de forma mais segura e estruturada (Gomes, 2010).

A transição para a vida adulta exige também que esses jovens aprendam a lidar com a gestão do tempo, as finanças pessoais e a resolução de problemas diários, habilidades que muitas vezes não são suficientemente desenvolvidas em contexto institucional. Além disso, a ausência de uma rede de suporte afetiva limita a capacidade desses jovens de estabelecerem relações de confiança e de desenvolverem uma autoestima positiva, essenciais para lidar com as exigências da vida adulta. Essas dificuldades, associadas a um histórico de acolhimento, podem aumentar o risco de marginalização, exclusão social e, em alguns casos, de situações de pobreza ou desemprego.

Dessa forma, observa-se que o sucesso da transição para a vida independente depende de uma abordagem holística, que inclui o suporte técnico e financeiro, mas também a preparação emocional e o desenvolvimento de redes de apoio. Isso implica um acompanhamento por parte de uma equipa especializada ou de um profissional de referência que poderia fazer toda a diferença nessa fase de transição. Um apoio direcionado para questões práticas, como o preenchimento de documentos, a gestão financeira ou até a orientação para novas oportunidades, permitiria aos jovens uma integração mais estruturada na sociedade. Felizmente, começam a surgir iniciativas que visam responder a essa necessidade, como o projeto PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens Ex-Acolhidos, desenvolvido pela Unidade de I&D da Universidade de Coimbra. Este projeto tem como objetivo principal a inclusão social, prestando assistência burocrática e orientação através de uma equipa multidisciplinar (Pereira, 2016).

Entretanto, como apontam vários estudos (Pereira, 2016; Rodrigues, 2016; Courtney & Dworsky, 2006), garantir um acompanhamento contínuo após o acolhimento exige mais

do que iniciativas pontuais. A criação de equipas especializadas que possam orientar os jovens de forma personalizada, auxiliando-os na construção de um futuro seguro e independente, é uma necessidade urgente. Para que a transição para a vida adulta seja bem-sucedida, não basta oferecer apoio financeiro ou habitação temporária; é essencial que cada jovem seja tratado como único, com oportunidades que reflitam a confiança da sociedade no seu potencial. Como enfatiza Pereira (2016), garantir que esses jovens tenham um suporte adequado não é apenas uma responsabilidade das instituições, mas um compromisso social que pode determinar o seu futuro.

1.8. Desafios da CPCJ na implementação prática das medidas de autonomia

Apesar das previsões legais e das iniciativas implementadas, persiste uma significativa lacuna entre o que a legislação estabelece e a realidade das práticas concretizadas pelas CPCJ. Um dos desafios centrais relaciona-se com a escassez de recursos financeiros, administrativos e logísticos, que limita a capacidade das comissões em gerir os processos de forma integral. A insuficiência de pessoal qualificado e o número reduzido de técnicos comprometem o acompanhamento dos casos, sobretudo em regiões com maior incidência de situações em monitorização. Consequentemente, a gestão tende a privilegiar os casos mais urgentes, relegando os de menor gravidade para segundo plano (Neto, 2021). Acresce ainda que muitas comissões partilham instalações com outras entidades, restringindo o espaço e os recursos disponíveis para a execução das suas funções (Pedroso et al., 2019).

Por outro lado, a disponibilidade limitada de tempo dos membros das CPCJ constitui outro obstáculo relevante. A falta de priorização por parte das entidades representadas e a impossibilidade de dedicar-se integralmente às funções afetam tanto a comissão alargada quanto a restrita, comprometendo a qualidade do atendimento e do acompanhamento dos jovens, especialmente aqueles em processo de autonomização. Esta limitação temporal traduz-se numa menor capacidade de planeamento estratégico e de intervenção preventiva, dificultando a resposta contínua às necessidades emergentes.

Outro fator crítico refere-se à formação dos membros das CPCJ, que muitas vezes se revela insuficiente. O desconhecimento sobre a Lei de Promoção e Proteção, as funções da CPCJ e as competências das entidades parceiras impacta negativamente o desempenho. A falta de formação específica nas áreas de legislação, metodologias de

intervenção, utilização de ferramentas digitais e, em particular, no domínio jurídico, tem sido apontada como uma limitação persistente, condicionando a aplicação adequada das medidas legais e a proteção efetiva das crianças e jovens (Pedroso et al., 2019).

Este desalinhamento entre a norma e a prática coloca os jovens em situação de vulnerabilidade, dificultando a sua transição para a vida autónoma. Embora existam programas e respostas destinadas a apoiar este processo, a sua oferta continua limitada, tanto em número como em abrangência. Apesar do valor reconhecido destes programas, a sua escassez evidencia a necessidade de reforço dos investimentos e de políticas públicas, capazes de assegurar a continuidade do apoio e de criar condições mais consistentes para a autonomização dos jovens.

2. Metodologia de investigação e trajeto do estudo

Esta secção tem como objetivo apresentar e justificar as opções metodológicas adotadas ao longo da investigação, estruturando de forma articulada e sistemática os diferentes momentos do processo investigativo. A secção inicia com a explicitação da problemática e a definição dos objetivos da pesquisa, sublinhando a sua relevância face ao contexto atual das políticas e práticas de apoio à autonomia dos jovens ex-acolhidos. Esta abordagem permite situar a investigação no âmbito da promoção da continuidade do acompanhamento após o acolhimento institucional, destacando a necessidade de compreender os desafios e oportunidades que emergem na transição para a vida adulta.

Optou-se por uma abordagem qualitativa, devido à sua capacidade de captar a riqueza e a complexidade das percepções dos profissionais das CPCJ relativamente às suas experiências e práticas de acompanhamento de jovens em processo de autonomização. Ao estudar as percepções, procura-se compreender como os profissionais interpretam e atribuem significado às suas ações, ao mesmo tempo que refletem sobre os desafios, as limitações e as estratégias utilizadas no contexto do seu trabalho (Creswell, 2014; Patton, 2015). A investigação qualitativa é especialmente adequada neste domínio, uma vez que permite explorar dimensões subjetivas e contextuais do conhecimento profissional, indo além da simples descrição das práticas e centrando-se na compreensão das conceções, crenças e interpretações dos agentes que atuam diretamente na proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens.

Em continuidade, apresenta-se a descrição do contexto em que a investigação decorreu, incluindo a caracterização institucional e sociocultural das CPCJ participantes, bem como os critérios de seleção dos profissionais entrevistados. Estes critérios procuraram garantir uma amostra diversificada, capaz de refletir diferentes perspetivas sobre a atuação das comissões, abrangendo membros com diferentes funções, experiência e formação. Tal abordagem assegura a triangulação de percepções e favorece a validade do estudo ao considerar múltiplos pontos de vista sobre os processos de acompanhamento e autonomização (Denzin & Lincoln, 2018).

Nesta secção, são também abordadas as questões éticas que orientaram a investigação, enfatizando a proteção da integridade, da confidencialidade e do anonimato dos

participantes, em conformidade com a legislação portuguesa aplicável à investigação com seres humanos (Presidência do Conselho de Ministros, 2028). A reflexão ética estende-se à forma como as entrevistas foram conduzidas, garantindo que os profissionais se sentissem seguros para partilhar perceções e reflexões sobre experiências que, por vezes, envolvem limitações institucionais e dificuldades no exercício das suas funções.

Quanto aos métodos de recolha de dados, optou-se por entrevistas semiestruturadas, pela sua flexibilidade e capacidade de aprofundar temas centrais, permitindo adaptar as questões ao contexto profissional de cada participante e obter dados ricos e detalhados (Kvale & Brinkmann, 2015). Esta técnica possibilita que os entrevistados partilhem as suas perceções sobre os desafios enfrentados, as estratégias utilizadas, as lacunas institucionais e os impactos percebidos das políticas e programas de apoio à autonomia.

Por último, a análise e interpretação dos dados seguiram procedimentos sistemáticos orientados por categorias temáticas emergentes. Este processo foi desenvolvido com base na codificação iterativa, permitindo identificar padrões e divergências nas perceções dos profissionais, e garantir rigor e coerência nos resultados (Braun & Clarke, 2013). A interpretação dos dados procurou integrar as perspetivas individuais num quadro compreensivo, refletindo sobre como as perceções dos profissionais influenciam a implementação das medidas de proteção, o acompanhamento dos jovens e as estratégias de promoção da autonomia. Este enfoque permite não só compreender as práticas em contexto, mas também evidenciar as necessidades de formação, recursos e políticas públicas que potenciem o sucesso da transição para a vida adulta dos jovens acompanhados.

2.1. Fundamentação, a questão problema e objetivos da investigação

A transição para a vida independente constitui um momento crítico no percurso de jovens que estiveram em contextos de vulnerabilidade, particularmente daqueles que foram alvo de medidas de promoção e proteção. Neste contexto as CPCJ desempenham um papel central no desenvolvimento de estratégias de apoio à autonomia, procurando garantir que estes jovens não sejam deixados à margem do sistema após a cessação das medidas.

O estudo das conceções dos profissionais das CPCJ relativamente às estratégias de apoio à autonomia reveste-se de particular importância, na medida em que permite não apenas evidenciar práticas bem-sucedidas, mas também identificar lacunas, limitações e

constrangimentos operacionais no terreno. Esta abordagem contribui para o aperfeiçoamento das respostas institucionais, promovendo intervenções mais ajustadas às necessidades dos jovens em processo de autonomização. A escolha deste tema encontra suporte em estudos anteriores que documentam as dificuldades enfrentadas por jovens ex-acolhidos e os desafios operacionais das CPCJ na implementação de medidas de promoção da autonomia (Neto, 2021; Courtney & Dworsky, 2006; Pereira, 2016; Gaspar, 2014; Pedroso et al., 2019; Neto, 2021).

Deste modo, a investigação assume relevância tanto social quanto científica, ao procurar uma compreensão aprofundada das estratégias de apoio à autonomia e do acompanhamento pós-acolhimento. O núcleo deste estudo centra-se no percurso de transição para a vida independente dos jovens acompanhados pelas CPCJ, explorando as práticas e intervenções adotadas pelos profissionais para favorecer a consolidação de competências de autonomia pessoal, social e profissional. Com base neste enquadramento, formulou-se a questão-problema que orienta toda a investigação: “Quais as conceções dos profissionais das CPCJ sobre as estratégias de apoio à autonomia de vida e o acompanhamento personalizado oferecido aos jovens em processo de autonomização?”

Para responder a esta questão, definiram-se objetivos específicos que estruturam o plano de pesquisa:

- Analisar, a partir da literatura existente, o impacto das CPCJ no acompanhamento pós-acolhimento;
- Avaliar as perceções dos profissionais das CPCJ sobre as estratégias de apoio à autonomia de vida;
- Investigar o acompanhamento personalizado oferecido aos jovens em processo de autonomização;
- Identificar os principais desafios na implementação das estratégias de apoio à autonomia de vida.

No desenvolvimento da investigação, cada objetivo foi operacionalizado de forma complementar, garantindo coerência entre revisão teórica e recolha de dados empíricos. Para o primeiro objetivo, procedeu-se a uma revisão da literatura centrada no papel das CPCJ no acompanhamento pós-acolhimento, enfatizando os desafios enfrentados e as práticas adotadas para apoiar a autonomização dos jovens. Relativamente ao segundo

objetivo, realizou-se a recolha de perceções de profissionais de duas CPCJ na área metropolitana do Porto, através de entrevistas semiestruturadas que permitiram aprofundar a compreensão das estratégias de apoio à transição para a vida independente.

O terceiro objetivo concentrou-se na análise do acompanhamento personalizado proporcionado aos jovens, examinando as práticas de orientação individualizada adotadas pelos profissionais e a forma como estas contribuem para o desenvolvimento de competências de autonomia. Finalmente, o quarto objetivo visou identificar os principais desafios enfrentados na implementação das estratégias de apoio à autonomia, a partir da análise das perceções dos profissionais recolhidas durante as entrevistas.

Este delineamento metodológico permite, assim, articular a revisão teórica com a investigação empírica, oferecendo uma visão integrada sobre as conceções profissionais acerca das práticas de acompanhamento e suporte à autonomia de jovens ex-acolhidos, contribuindo para o conhecimento científico e para a melhoria das respostas institucionais.

2.2. A metodologia qualitativa como opção

A escassez de investigação nacional focada nas perceções dos profissionais das CPCJ que acompanham diretamente jovens em processo de autonomização justifica a adoção de uma abordagem qualitativa. Este tipo de abordagem permite uma compreensão aprofundada de fenómenos pouco explorados, explorando conceitos, interpretando experiências vividas e revelando os significados que os indivíduos atribuem às suas ações e decisões. A investigação qualitativa valoriza, assim, uma descrição rica e detalhada do contexto ou situação estudada, privilegiando a perspetiva subjetiva dos participantes e considerando as particularidades do seu quotidiano profissional (Denzin & Lincoln, 2018).

Compreender um fenómeno em contexto só se torna significativo quando se analisa a sua complexidade e especificidade, uma vez que cada situação é única e sujeita a múltiplas interpretações por parte dos indivíduos que a vivenciam (Denzin & Lincoln, 2018). Este enquadramento metodológico permite identificar aspetos subtis e interações que são essenciais para a compreensão das estratégias de apoio à autonomia de vida, bem como das dificuldades e limitações sentidas pelos profissionais no acompanhamento dos jovens.

A abordagem qualitativa é particularmente adequada para estudar fenómenos sociais complexos, como o apoio à transição para a vida independente, uma vez que permite explorar as perceções, motivações e experiências dos profissionais de forma aprofundada. Esta perspetiva contribui para evidenciar nuances e fatores contextuais que dificilmente seriam captados por métodos quantitativos, permitindo, assim, construir um conhecimento mais completo e fundamentado sobre as práticas institucionais (Silva & Silva, 2024).

Além disso, a investigação qualitativa assume um papel relevante na avaliação de programas e políticas sociais. Através da recolha de dados detalhados sobre perceções e experiências, é possível identificar fragilidades, potencialidades e necessidades de intervenção, contribuindo para a melhoria das práticas institucionais e para o desenvolvimento de estratégias de apoio à autonomia que estejam alinhadas com a realidade dos jovens em situação de autonomização (Silva & Silva, 2024).

Assim, a escolha da abordagem qualitativa revela-se não apenas adequada, mas imprescindível para captar a complexidade das perceções dos profissionais das CPCJ, oferecendo uma visão aprofundada que sustenta o desenvolvimento de práticas mais ajustadas e de políticas sociais mais coerentes com as necessidades efetivas dos jovens.

2.3. Trajetória da investigação

A trajetória metodológica desta investigação é estruturada com o objetivo de oferecer uma compreensão rigorosa e aprofundada das etapas seguidas ao longo do processo investigativo. Esta secção contempla a contextualização do estudo, os critérios utilizados para a seleção dos participantes, a respetiva caracterização, bem como os princípios éticos que nortearam todo o desenvolvimento da investigação.

2.3.1. Análise contextual do estudo de investigação

Esta investigação foi desenvolvida no contexto das CPCJ, com enfoque em diferentes unidades localizadas na área Metropolitana do Porto. As CPCJ desempenham um papel fundamental na promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens em risco, sendo frequentemente envolvidas em processos que visam a autonomização de jovens após o fim das medidas de promoção e proteção. Este momento de transição para a vida independente é particularmente delicado e complexo, especialmente para jovens que vivenciaram trajetos marcados por vulnerabilidades sociais, familiares e institucionais.

A análise contextual deste estudo foca-se no ambiente profissional e institucional em que os técnicos das CPCJ desenvolvem as suas práticas, considerando os desafios e limitações enfrentados no apoio à autonomização de jovens. Neste cenário, as perceções dos profissionais assumem particular relevância, pois são eles que, na sua atuação quotidiana, constroem, adaptam e operacionalizam estratégias de apoio à autonomia de vida, confrontando-se com realidades diversas e muitas vezes marcadas por escassez de recursos, redes de suporte frágeis e burocracias institucionais.

Apesar dos avanços legislativos e políticos no que diz respeito à proteção de crianças e jovens em risco em Portugal, continua a existir um défice de conhecimento e de respostas estruturadas no que toca ao acompanhamento pós-acolhimento e à preparação efetiva para a vida autónoma. A investigação procura, assim, compreender como os profissionais das CPCJ percecionam e operacionalizam estas estratégias, quais os recursos e obstáculos identificados no terreno, e de que forma estas práticas contribuem ou não para um processo de autonomização bem-sucedido.

Esta análise contextual reveste-se de especial importância numa altura em que se exige uma abordagem mais integrada e individualizada para o apoio a jovens em transição, evitando que estes sejam relegados para situações de exclusão ou precariedade após o término das medidas de proteção. Ao escutar os profissionais que intervêm diretamente nestes processos, esta investigação contribui para uma reflexão crítica sobre as práticas existentes, enquanto procura identificar caminhos de melhoria e inovação na promoção da autonomia de jovens em situações de vulnerabilidade.

2.3.2. Critérios de escolha dos sujeitos da investigação

A seleção dos sujeitos da investigação foi realizada com o intuito de recolher perspetivas informadas e diversificadas sobre as estratégias de apoio à autonomia de vida de jovens acompanhados pelas CPCJ.

A escolha dos profissionais da CPCJ revela-se particularmente relevante, uma vez que são eles os principais responsáveis pelo acompanhamento dos jovens em situação de autonomia. As suas perceções sobre os desafios enfrentados no terreno, bem como sobre as estratégias implementadas, são fundamentais para uma compreensão aprofundada do processo de transição para a vida adulta.

Além disso, o contexto geográfico escolhido facilitou o acesso aos participantes e permitiu representar distintas realidades dentro de uma mesma região, reforçando a abrangência e a validade do estudo.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de maio e junho de 2025, sendo o número de participantes considerado adequado para uma investigação qualitativa centrada na profundidade das narrativas. Deste modo, os critérios de escolha dos sujeitos foram guiados pela pertinência das suas experiências, pela ligação direta ao fenómeno em estudo e pela possibilidade de contribuir de forma significativa para a compreensão das estratégias e desafios envolvidos na promoção da autonomia dos jovens.

2.3.3. Caracterização global dos participantes

O estudo contou com a participação de três profissionais pertencentes à CPCJ da Área Metropolitana do Porto. Todas as participantes exercem funções técnicas e possuem experiência direta na intervenção com jovens em situação de vulnerabilidade, particularmente no acompanhamento de processos de transição para a vida autónoma após a cessação de medidas de promoção e proteção. Conforme se explicita na tabela 1, o estudo contou com a participação de três profissionais do sexo feminino, identificadas como P1, P2 e P3, foi selecionada tendo em conta a sua experiência e envolvimento ativo nas práticas de promoção da autonomia de jovens ex-acolhidos.

Tabela 1 - Caracterização das participantes

Participante	Formação académica	Experiência com jovens em autonomia de vida
P1	Licenciatura em Educação Social	3 anos
P2	Licenciatura em Psicologia Mestrado em Justiça e Comportamento Desviante	2 anos
P3	Licenciatura em Psicologia	1 ano e meio

No que se refere à formação académica, P1 é licenciada em Educação Social, P2 possui licenciatura em Psicologia e mestrado em Justiça e Comportamento Desviante, enquanto P3 é também licenciada em Psicologia. A diversidade formativa das participantes representa uma mais-valia para o estudo, pois permite compreender diferentes abordagens e perspetivas na intervenção com jovens em processo de autonomização.

Relativamente à experiência profissional no acompanhamento de jovens em situação de autonomia de vida, P1 apresenta uma experiência de três anos nesta área específica, sendo a participante com maior tempo de atuação neste domínio. P2 possui dois anos de experiência, refletindo um percurso já consolidado no apoio à transição para a vida adulta. Por sua vez, P3 tem aproximadamente um ano e meio de experiência com casos de autonomia de vida, tendo iniciado esta intervenção em 2023.

Embora o número de participantes seja reduzido, a recolha de dados permitiu reunir contributos relevantes para a compreensão das perceções destas profissionais sobre as estratégias adotadas e dos desafios enfrentados no terreno, valorizando as diferentes trajetórias e as formações profissionais das participantes.

2.3.4. Questões éticas do estudo

Num estudo de natureza qualitativa que envolve a recolha de dados junto de profissionais que lidam com situações de elevada sensibilidade social, como é o caso CPCJ, torna-se imperativo assegurar o cumprimento rigoroso de princípios éticos que garantam a proteção, a dignidade e o respeito pelos participantes.

De acordo com Fonseca de Almeida (2013), a prática científica que envolve seres humanos deve assentar em três pilares fundamentais - ética, deontologia e direito - cuja ausência compromete a responsabilidade da investigação e pode configurar uma violação dos direitos dos mais vulneráveis. Assim, a presente investigação foi conduzida com base em princípios éticos sólidos, respeitando as normas deontológicas aplicáveis e promovendo uma postura responsável e consciente por parte da investigadora.

Para garantir a ética e a proteção dos participantes, foi essencial clarificar as condições de participação, explicar os mecanismos de salvaguarda dos seus direitos e elaborar documentos que assegurassem o consentimento informado, livre e não coercivo. Neste estudo, o termo de consentimento informado constituiu um dos pilares da investigação, sendo considerado imperativo numa perspetiva ética (Moreira et al., 2022).

A condução da investigação observou os princípios previstos no Decreto-Lei n.º 80/2018, de 15 de outubro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior e da investigação científica, assegurando que todos os procedimentos respeitam a dignidade humana, a liberdade e a integridade dos participantes.

Os profissionais envolvidos participaram de forma voluntária, tendo sido previamente obtido o consentimento informado por escrito (ver Anexo I), redigido em linguagem clara, acessível e em consonância com os objetivos do estudo. Todos foram informados de que poderiam, a qualquer momento, retirar o seu consentimento e interromper a entrevista sem qualquer consequência negativa, garantindo-se, assim, o princípio da participação livre, consciente e voluntária.

A confidencialidade foi integralmente salvaguardada através da anonimização dos dados recolhidos, prevenindo qualquer possibilidade de identificação dos participantes ou dos casos acompanhados. Todas as informações foram tratadas com rigor, responsabilidade e exclusividade académica, em conformidade com os princípios da integridade científica e com a legislação em vigor relativa à proteção de dados pessoais (Regulamento (UE) 2016/679 – RGPD). O Protocolo da Investigação foi submetido ao parecer da comissão de Ética do Instituto Politécnico de Bragança (ver Anexo III).

2.3.5. Investigadora comprometida e reflexividade ética na análise de dados

A presente investigação envolveu a participação de uma investigadora que se encontra num processo de autonomização de vida, situação que contribuiu para um conhecimento profundo e experiencial sobre as dinâmicas, desafios e necessidades enfrentadas por jovens ex-acolhidos. Este posicionamento permitiu identificar com maior sensibilidade as questões centrais do estudo, compreender as nuances das práticas institucionais e interpretar as perceções dos profissionais das CPCJ com um olhar informado e empático. Contudo, esta proximidade também implica riscos de viés, pelo que foram adotados procedimentos rigorosos para garantir a objetividade e a fiabilidade dos dados.

Entre as estratégias implementadas destacou-se a supervisão constante por parte da orientadora, que desempenhou um papel fundamental na revisão crítica das análises, na verificação da coerência interpretativa e na promoção de distanciamento reflexivo da investigadora face aos dados recolhidos. Este acompanhamento permitiu um cruzamento intersubjetivo das interpretações, garantindo que as conclusões não se limitassem à perceção individual da investigadora, mas refletissem um entendimento mais abrangente e equilibrado das realidades observadas.

Adicionalmente, a investigação incorporou leituras complementares e referenciais teóricos atualizados, que serviram de enquadramento crítico para os dados empíricos e

permitiram confrontar as percepções pessoais da investigadora com evidências externas. A reflexividade ética estendeu-se à forma como foram conduzidas as entrevistas, assegurando confidencialidade, anonimato e respeito pelas experiências partilhadas pelos profissionais, minimizando a influência das experiências pessoais da investigadora sobre a recolha e interpretação dos dados. Desta forma, o compromisso experiencial da investigadora, aliado ao rigor metodológico, à supervisão orientadora e à triangulação teórica, contribuiu para produzir resultados consistentes, críticos e sensíveis às complexidades do apoio à autonomia de jovens em processo de transição para a vida independente.

2.4. Estratégias e métodos de recolha de dados

No início do processo de recolha de dados, foram contactadas diversas CPCJ da Área Metropolitana do Porto, através do respetivo endereço institucional de correio eletrónico, com o objetivo de apresentar a investigação e solicitar autorização para a realização de entrevistas a profissionais com experiência no acompanhamento de jovens em processo de autonomização.

Entre as CPCJ contactadas, apenas algumas responderam positivamente ao convite. No total, cinco profissionais manifestaram disponibilidade para participar no estudo, tendo sido agendadas as respetivas entrevistas. No entanto, após uma análise preliminar, verificou-se que apenas três participantes reuniam integralmente os critérios de inclusão definidos, designadamente a experiência direta e recente na intervenção com jovens em transição para a vida autónoma.

Os outros dois potenciais entrevistados foram excluídos, uma vez que, apesar de integrarem equipas técnicas das CPCJ, não possuíam experiência prática no acompanhamento de jovens em fase de autonomização, nem casos ativos nesse domínio específico. As demais CPCJ contactadas optaram por não responder ou declinaram o convite, justificando-se com limitações de tempo e sobrecarga de tarefas institucionais.

A decisão de exclusão dos dois potenciais participantes teve como propósito garantir a consistência metodológica e a relevância analítica dos dados, assegurando que apenas fossem incluídos profissionais cujas experiências e percepções se relacionassem diretamente com o fenómeno em estudo. Desta forma, foi possível reforçar a validade

interna e a profundidade interpretativa da investigação, em consonância com os princípios de rigor e credibilidade que orientam a abordagem qualitativa (Denzin & Lincoln, 2018).

2.4.1. As entrevistas e o guião de entrevista semiestruturada

Para a recolha de dados, recorreu-se à realização de entrevistas semiestruturadas, uma técnica amplamente reconhecida no campo da investigação qualitativa pela sua capacidade de promover uma interação dialógica, flexível e reflexiva entre investigador e participante. Este formato permitiu criar um espaço comunicativo que valorizou as experiências subjetivas dos profissionais, possibilitando o ajustamento das questões em função do contexto e do conteúdo emergente das respostas, o que enriqueceu a compreensão do fenómeno estudado (Silva & Silva, 2024).

Segundo Kvale e Brinkmann (2015) a entrevista semiestruturada visa compreender o mundo a partir da perspectiva dos participantes, procurando captar o significado das suas experiências e interpretações. Assim, esta técnica revelou-se particularmente adequada à presente investigação, cujo propósito é explorar as conceções dos profissionais das CPCJ sobre as estratégias de apoio à autonomia de jovens ex-acolhidos— um tema que requer escuta ativa, sensibilidade interpretativa e abertura à complexidade das narrativas individuais.

O guião de entrevista constituiu-se como um instrumento central para a condução das conversas, assumindo uma função estruturante e orientadora, mas sem impor rigidez excessiva. A sua construção baseou-se numa revisão aprofundada da literatura sobre autonomização de jovens e intervenção social, garantindo a coerência entre os objetivos da investigação e os temas abordados. Tal como defendem DiCicco-Bloom e Crabtree (2006), o guião de uma entrevista semiestruturada deve conter perguntas abertas que funcionem como estímulos para o diálogo, mantendo, contudo, a flexibilidade necessária para a introdução de novas questões emergentes, de acordo com a dinâmica da interação e com as especificidades de cada participante.

Neste estudo, o guião foi organizado em seis blocos temáticos: *Introdução e contextualização*; *Estratégias de apoio à autonomia de vida*; *Perceções dos profissionais sobre a autonomia dos jovens*; *Acompanhamento personalizado*; *Desafios na implementação das estratégias de apoio*; e *Reflexão final e sugestões*, permitindo assegurar uma cobertura sistemática dos tópicos centrais e, simultaneamente, respeitar o

ritmo e a espontaneidade do discurso dos participantes. O guião completo encontra-se apresentado no Anexo II. Esta estrutura favoreceu uma recolha de dados densa e significativa, sustentando uma análise qualitativa capaz de captar nuances, contradições e complementaridades nas perspetivas dos profissionais entrevistados.

A opção pelas entrevistas semiestruturadas, em detrimento de outros métodos qualitativos, como os grupos focais ou a observação direta, justifica-se pela natureza profundamente pessoal e sensível das experiências abordadas. Ao privilegiar a interação individual, esta técnica assegurou um espaço de maior confiança, confidencialidade e liberdade discursiva, permitindo que os participantes partilhassem perceções e vivências que dificilmente emergiriam em contextos coletivos. Além disso, a flexibilidade deste instrumento revelou-se essencial para captar a diversidade de práticas e significados atribuídos pelos profissionais à sua intervenção junto de jovens em processo de autonomização, assegurando uma compreensão mais aprofundada e contextualizada do fenómeno investigado.

2.4.2. Realização das entrevistas

No âmbito da presente investigação, a recolha de dados foi realizada presencialmente, em locais previamente acordados com os profissionais participantes, de modo a assegurar um ambiente de conforto, privacidade e confiança mútua. Esta opção metodológica visou criar condições favoráveis à expressão autêntica das perceções e experiências dos entrevistados, aspetos fundamentais numa investigação de natureza qualitativa. Cada entrevista teve uma duração média de cerca de uma hora e foi integralmente gravada em áudio, mediante o consentimento informado dos participantes, respeitando os princípios éticos definidos para o estudo.

Para apoiar o processo de transcrição integral e fidedigna das entrevistas, foi utilizada a ferramenta digital PinPoint, que se revelou particularmente útil na conversão automatizada dos registos sonoros em texto e na organização inicial da informação recolhida. O uso deste recurso tecnológico contribuiu para uma maior eficiência e rigor no tratamento preliminar dos dados, permitindo ao investigador concentrar-se na etapa interpretativa e analítica, sem comprometer a qualidade do material transcrito.

Com o intuito de garantir a confidencialidade e facilitar a referenciação sistemática dos dados durante a análise, a cada participante foi atribuído um código alfanumérico (por

exemplo: Participante 1, Participante 2 e Participante 3, correspondendo respetivamente a P1, P2 e P3). Esta codificação teve uma função exclusivamente identificativa, sem qualquer correspondência com categorias específicas ou características pessoais dos participantes, assegurando assim que a análise se centrasse nos conteúdos discursivos e não em aspetos identificáveis.

Para além da codificação, alguns relatos foram devidamente escrutinados e editados, de forma a eliminar qualquer referência que pudesse permitir a identificação de pessoas, instituições ou contextos específicos, em conformidade com as normas de proteção de dados pessoais e com os princípios éticos que regem a investigação em ciências sociais (Creswell, 2014; Campenhoudt, Quivy & Marquet, 2021).

O anonimato e a proteção da identidade foram garantidos em todas as fases da investigação, desde a transcrição à apresentação e discussão dos resultados, através da aplicação consistente destas medidas, prevenindo associações diretas entre as declarações e as identidades reais dos profissionais entrevistados. Este procedimento encontra-se em conformidade com os princípios de ética na investigação em ciências sociais, nomeadamente os que se referem à proteção da privacidade, ao respeito pela pessoa e à confidencialidade dos dados recolhidos (Fonseca de Almeida, 2013).

2.5. Processo de análise de dados

Para a análise dos dados recolhidos neste estudo, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, pela sua adequação à investigação qualitativa e pela capacidade de tratar dados provenientes de entrevistas de forma estruturada e interpretativa. Esta abordagem permitiu uma exploração sistemática dos discursos dos participantes.

Segundo Amado (2017) a análise de conteúdo destaca-se por permitir não só uma descrição organizada das mensagens, como também uma interpretação mais profunda do que está a ser comunicado. Ao transformar os dados em categorias e subcategorias, esta técnica ajuda o investigador a perceber não só o que é dito diretamente, mas também os sentidos mais escondidos ou implícitos, que dependem do contexto em que os discursos foram produzidos. Isso faz com que a análise de conteúdo seja muito útil para estudar opiniões, experiências e formas de ver o mundo, permitindo ao investigador colocar-se no lugar das pessoas que participaram no estudo.

Tendo em conta que este estudo se debruça sobre as perceções e experiências dos técnicos que acompanham os jovens ex-acolhidos, esta técnica mostrou-se eficaz para captar a complexidade e profundidade das respostas.

O processo de análise de conteúdo seguiu as seguintes etapas propostas por Bardin (2016), a primeira delas, a pré-análise, corresponde ao momento preparatório, em que se procura estruturar e operacionalizar as ideias iniciais. Trata-se de uma fase exploratória, ainda marcada por alguma intuição, mas com o propósito de delinear um plano de ação claro para o desenvolvimento das etapas seguintes. Normalmente, esta fase envolve três tarefas principais: a seleção dos materiais a serem analisados, a definição dos objetivos e hipóteses da investigação, e a construção de critérios que sirvam de base para a interpretação dos dados. No contexto deste estudo a pré-análise correspondeu ao momento de familiarização com os dados obtidos através das entrevistas realizadas a profissionais das CPCJ. Esta etapa envolveu uma leitura flutuante do material, permitindo uma aproximação intuitiva e aberta aos conteúdos. A partir desta leitura inicial, identificaram-se os principais temas emergentes, definiram-se os objetivos analíticos e estabeleceram-se os critérios de codificação. Foi também neste momento que se definiram as unidades de registo e se formularam as hipóteses interpretativas que orientaram a categorização subsequente.

A etapa seguinte correspondeu à exploração do material, centrando-se na codificação, decomposição e categorização dos dados, de acordo com regras previamente definidas (Bardin, 2016). Nesta fase, procedeu-se à análise sistemática das entrevistas, com os dados a serem organizados de forma a permitir uma leitura mais objetiva e estruturada dos conteúdos. A codificação foi realizada, através de um sistema alfanumérico (por exemplo, A1, B2, etc.), o que assegurou uma estrutura coerente e facilitou a gestão da informação. As categorias e subcategorias emergiram a partir das regularidades e padrões discursivos identificados nos testemunhos dos participantes, sendo construídas com base nos objetivos do estudo e nas dimensões teóricas e empíricas consideradas relevantes. E por último, ocorre o tratamento dos resultados e a interpretação. Após a exploração do material, os dados obtidos são tratados para que ganhem significado e relevância no contexto da investigação (Bardin, 2016). As unidades de registo foram organizadas segundo as categorias previamente definidas, permitindo uma análise aprofundada e sistematizada dos discursos. A partir deste processo, foi possível identificar perceções,

estratégias e desafios mencionados pelos profissionais relativamente ao apoio à autonomia de vida dos jovens após o acolhimento. As interpretações foram sustentadas nas falas dos participantes e fundamentadas nos referenciais teóricos mobilizados ao longo do estudo, contribuindo para uma compreensão crítica e rigorosa da realidade em análise.

Na tabela 2, apresentam-se as categorias e subcategorias que emergiram da análise dos dados das entrevistas dos profissionais das CPCJ.

Tabela 2 - Sistema Categorical de análise

<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>
<i>A. Perfil e experiência dos profissionais</i>	A1. Formação e função na CPCJ A2. Experiência na área da autonomia de vida
<i>B. Estratégias de apoio à autonomia</i>	B1. Apoio financeiro B2. Apoio psicossocial e emocional B3. Promoção da responsabilidade B4. Preparação para a vida autónoma
<i>C. Perceção sobre a autonomia dos jovens</i>	C1. Obstáculos à autonomização C2. Fatores de sucesso
<i>D. Acompanhamento personalizado</i>	D1. Individualização do apoio D2. Contacto e relação técnico-jovem D3. Trabalho em rede
<i>E. Desafios e limitações</i>	E1. Sobrecarga profissional E2. Escassez de recursos E3. Entraves legais e administrativos
<i>F. Propostas de melhoria</i>	F1. Sugestões dos profissionais F2. Reformulação do sistema

As categorias emergiram da análise sistemática das regularidades discursivas identificadas nas entrevistas, sendo orientadas pelos objetivos da investigação e pelo enquadramento teórico adotado. Cada categoria foi estruturada de modo a agrupar subcategorias que permitem detalhar dimensões específicas do fenómeno estudado, assegurando uma análise mais rica e fundamentada.

A primeira categoria, designada (A) *Perfil e experiência dos profissionais*, centra-se na caracterização dos participantes, englobando aspetos como a função e a *formação desempenhadas na CPCJ* (A1) e a *experiência prática no acompanhamento de jovens em processo de autonomização* (A2). Esta categoria permite compreender como a trajetória profissional e as competências dos técnicos influenciam a perceção e a intervenção junto dos jovens.

A categoria (B) *Estratégias de apoio à autonomia* reúne os diferentes tipos de apoio identificados pelos profissionais durante o acompanhamento, incluindo o *Apoio financeiro* (B1), o *Apoio psicossocial e emocional* (B2), as *Ações de promoção da responsabilidade* (B3) e a *Preparação prática para a vida autónoma* (B4). A análise destas subcategorias possibilita identificar quais estratégias são mais recorrentes e adaptadas às necessidades dos jovens, refletindo as práticas institucionais na promoção da autonomia.

No que concerne à categoria (C) *Perceção sobre a autonomia dos jovens*, a atenção centra-se nas representações que os profissionais possuem sobre os jovens, nomeadamente sobre os *Obstáculos à autonomização* (C1) e os *Fatores que potenciam o sucesso nesse processo* (C2). Esta categoria permite explorar a visão dos técnicos sobre os desafios enfrentados pelos jovens e as condições que favorecem a sua transição para a vida independente.

A categoria (D) *Acompanhamento personalizado* reflete a adaptação do apoio às necessidades individuais de cada jovem, compreendendo a *Individualização das estratégias de intervenção* (D1), a *Qualidade do contacto e da relação entre técnico e jovem* (D2) e a articulação com outras entidades através do trabalho em rede (D3). Esta dimensão evidencia a importância de uma intervenção flexível, centrada no jovem e integrada em contextos de colaboração interinstitucional.

A categoria (E) *Desafios e limitações* agrega os constrangimentos reportados pelos profissionais na execução das suas funções, incluindo a *Sobrecarga de trabalho* (E1), a *Escassez de recursos* (E2) e os *Entraves legais e administrativos* (E3). A identificação destas limitações contribui para uma reflexão crítica sobre a realidade institucional e os fatores que podem comprometer a eficácia das estratégias de apoio à autonomia.

Por último, a categoria (F) *Propostas de melhoria* contempla as sugestões apresentadas pelos profissionais, visando o aperfeiçoamento do sistema de apoio à autonomia. Esta categoria inclui *mudanças práticas* (F1), como *Ajustes nos procedimentos e no acompanhamento*, e *reformulações mais estruturais do sistema* (F2), de modo a garantir respostas mais consistentes e adequadas às necessidades dos jovens.

Este conjunto de categorias e subcategorias estabelece a base analítica para a apresentação, interpretação e discussão dos dados recolhidos, permitindo uma

compreensão detalhada das percepções dos profissionais sobre as estratégias de apoio à autonomia e o acompanhamento dos jovens. A organização em categorias facilita a articulação entre os objetivos da investigação e os relatos dos participantes, possibilitando identificar padrões, divergências e nuances nas experiências descritas. Assim, no ponto seguinte, procede-se à apresentação sistemática dos resultados obtidos, seguida da sua análise crítica à luz do enquadramento teórico, permitindo explorar em profundidade as implicações das percepções dos profissionais para a prática e para o desenvolvimento de políticas de apoio à autonomização dos jovens.

3. Apresentação, análise e discussão dos resultados

Neste ponto procede-se à exposição e interpretação dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas a três profissionais das CPCJ. A organização da informação seguiu uma estrutura categorial desenvolvida a partir das regularidades discursivas identificadas nos depoimentos dos participantes, em consonância com os objetivos da investigação. As categorias delineadas refletem os principais temas emergentes, permitindo explorar em detalhe as perceções dos profissionais sobre as estratégias de apoio à autonomia dos jovens, os obstáculos e desafios enfrentados e as propostas de melhoria identificadas. Este enfoque proporciona uma leitura integrada do fenómeno estudado, articulando as experiências dos técnicos com o enquadramento teórico e contribuindo para uma compreensão mais refinada do processo de transição dos jovens para a vida autónoma.

3.1. Análise dos dados das entrevistas realizadas aos profissionais das CPCJ

A presente secção dedica-se à análise detalhada das perceções das profissionais sobre o acompanhamento de jovens em processo de autonomização, com base nas entrevistas realizadas. O objetivo central é compreender de que forma a formação, as funções desempenhadas e a experiência prática influenciam as estratégias adotadas, os desafios identificados e as perspetivas das profissionais sobre o desenvolvimento da autonomia dos jovens.

A análise seguiu uma abordagem sistemática, estruturada em categorias e subcategorias emergentes dos dados, permitindo articular os relatos das participantes com o enquadramento teórico do estudo. Esta organização possibilita uma interpretação aprofundada das experiências profissionais, evidenciando padrões recorrentes e diferenças individuais que contribuem para uma compreensão mais completa do fenómeno em estudo.

3.1.1. Categoria A: Perfil e experiência dos profissionais

A categoria (A) *Perfil e Experiência dos Profissionais* foi definida com o objetivo de compreender como a formação, as funções exercidas e a experiência prática das técnicas influenciam a perceção e a intervenção junto de jovens em processo de autonomização. Esta análise permite contextualizar as estratégias de apoio observadas, considerando que, segundo Moreira (2022), o perfil profissional e a experiência prática são determinantes

para a eficácia do acompanhamento individualizado e para o desenvolvimento da autonomia dos jovens.

No que respeita à formação e funções exercidas, os dados evidenciam a diversidade de perfis profissionais. Algumas profissionais desempenham funções de apoio técnico, centrando-se na gestão de processos e na intervenção direta com jovens, enquanto outras acumulam responsabilidades técnicas e administrativas, conciliando a gestão de casos com tarefas de coordenação e secretariado. Uma das entrevistadas destacou que “o meu papel consiste essencialmente em gerir os processos de promoção e proteção, colaborando ainda em atividades de prevenção e outras ações técnicas” (P1). Outra referiu: “para além da gestão de processos, desempenho também funções de coordenação e apoio administrativo” (P2). A terceira profissional mencionou: “assumo funções de gestão de processos e secretariado, garantindo que tanto o acompanhamento técnico como as tarefas administrativas sejam realizadas de forma integrada” (P3). Estes diferentes papéis evidenciam a complementaridade de competências necessária para atuar de forma abrangente junto de jovens em situação de vulnerabilidade, alinhando-se com a perspetiva de equipas multidisciplinares como essenciais para a qualidade da intervenção (Pedroso et al., 2019; Neto, 2021).

No que se refere à experiência na área da autonomização de jovens, verifica-se que algumas profissionais possuem vários anos de intervenção direta, acompanhando múltiplos casos ativos, enquanto outras iniciaram a atuação nesta área mais recentemente, assumindo responsabilidades tanto no acompanhamento individualizado como na proposta de medidas de transição. Uma profissional afirmou que “atualmente acompanho três jovens em processos de autonomização, mas já trabalho nesta área há cerca de três anos” (P1). Outra mencionou: “inicieei a intervenção em autonomização logo após integrar a equipa, acompanhando dois jovens e propondo medidas para outros três casos” (P2). A terceira salientou: “tenho experiência no acompanhamento de dois jovens e também contribuo para o planeamento de transições para casos adicionais, garantindo a continuidade do apoio” (P3). Esta diversidade de experiências permite perceber como o conhecimento adquirido ao longo do tempo molda a perceção das profissionais sobre os desafios enfrentados pelos jovens e sobre as estratégias mais eficazes para apoiar a sua transição para a vida independente.

Apesar das diferenças na formação, funções e tempo de experiência, as profissionais demonstram competências complementares que favorecem uma abordagem integrada e multidisciplinar. A conjugação de saberes técnicos, psicopedagógicos e administrativos permite adaptar o acompanhamento às necessidades específicas de cada jovem, evidenciando uma intervenção centrada na pessoa e na promoção da autonomia (Fernandes, 2013; Carvalho et al., 2015). Assim, a trajetória profissional e a experiência prática das técnicas configuram-se como elementos-chave para a implementação de estratégias de apoio eficazes e para a construção de percursos de autonomização consistentes.

3.1.2. Categoria B: Estratégias de apoio à autonomia

A categoria (B) *Estratégias de apoio à autonomia* subdivide-se em quatro subcategorias: (B.1) *Apoio financeiro*, (B.2) *Apoio psicossocial e emocional*, (B.3) *Promoção da responsabilidade* e (B.4) *Preparação prática para a vida autónoma*. Estas subcategorias permitem mapear de forma sistemática as perceções dos profissionais sobre as intervenções dirigidas à transição dos jovens para a autonomia, articulando a gestão de recursos, o suporte emocional, a responsabilização e o desenvolvimento de competências práticas, em consonância com os objetivos da investigação e os fundamentos teóricos sobre promoção da autonomia pós-acolhimento (Courtney & Dworsky, 2006; Gaspar, 2014; Neto, 2021).

No que se refere ao apoio financeiro (B.1), os relatos dos profissionais evidenciam a sua centralidade na transição para a vida autónoma, permitindo aos jovens prosseguir estudos ou iniciar um percurso independente. Este tipo de apoio não se restringe à mera atribuição monetária, mas assume um carácter formativo, incentivando a gestão responsável de recursos e a preparação para a realidade económica futura. Como elucida o discurso da P1: “Aplicamos, então, essa medida de autonomia de vida para ajudar o jovem a conseguir dar este salto e autonomizar-se e sair daquela situação de perigo que tinha”. P1 explica ainda que, com este apoio, “o objetivo dele era ir para a faculdade, daí nós darmos um valor, um x mensal, um apoio financeiro para ele também ter esta possibilidade de continuar a estudar.” Conforme relata a P2, um jovem “decidiu fazer o mestrado noutra cidade e, portanto, decidiu sair da casa de acolhimento [...] e neste momento é a medida de autonomia de vida que está em vigor”. Já P3 acrescenta uma perspetiva crítica sobre a

gestão destes apoios, sublinhando que “é importante perceber que este tipo de apoio não é para poupança, nem para despesas supérfluas. O objetivo é ensinar os jovens a viver com recursos limitados, tal como será, muito provavelmente, a realidade deles no futuro”. Estes testemunhos revelam que o apoio financeiro constitui um meio de capacitação e treino para a vida autónoma.

Relativamente ao apoio psicossocial e emocional (B.2), os profissionais destacam a necessidade de acompanhamento próximo e contínuo, reconhecendo que a autonomização não é apenas um processo burocrático, mas também um percurso de desenvolvimento emocional e social. Como evidencia P1, acompanha o jovem “no âmbito da psicologia para o orientar, mesmo nas questões de vida, mesmo para também o orientar por causa desta ausência da mãe.” Na mesma linha, P3 descreve a sua intervenção: “Basicamente fui uma guia, na vertente psicopedagógica [...], ajudá-los a controlar a ideia da aplicação da medida e a organizar-se para a vida adulta”. Estes relatos confirmam que o suporte emocional é fundamental na transição para a autonomia, alinhando-se com evidências da literatura que sublinham a importância do acompanhamento individualizado e do suporte psicossocial (Courtney & Dworsky, 2006; Pedroso et al., 2019).

No âmbito da promoção da responsabilidade (B.3), os técnicos procuram equilibrar apoio e exigência de gestão autónoma, garantindo que os jovens assumam compromissos claros e desenvolvam competências de autogestão. Como recorda P1: “Percebi que ele não estava a gastar o dinheiro como deveria [...]. Estava a gastar o dinheiro em saídas, depois não estava a ir à escola e eu disse: Se tu continuares assim [...] nós não vamos apoiar-te financeiramente”. A este propósito P2 reforça esta lógica, referindo que o jovem tinha como compromisso “requerer o rendimento social de inserção, estar inscrito no IEFP e fazer o pagamento da mensalidade da residência e das propinas.” P3 acrescenta que “seria importante que os jovens tivessem um papel mais ativo na gestão das suas próprias finanças, de modo a prepará-los verdadeiramente para uma vida autónoma.” Estes discursos evidenciam a preocupação dos técnicos em conciliar apoio e responsabilização, promovendo competências de gestão pessoal e financeira.

Quanto à preparação prática para a vida autónoma (B.4), os profissionais salientam que este é um processo gradual, iniciado ainda durante o acolhimento, permitindo aos jovens

desenvolver competências antes de enfrentarem a vida adulta. Conforme relata P2, “a casa de acolhimento também estava a trabalhar com eles a autonomia de vida [...], tem tipo a casa geral e depois uns espaços onde eles vão trabalhando a autonomia.” P3 reforça a ideia, afirmando: “À medida que se delineia a necessidade de autonomia de vida, identificam-se as competências que o jovem precisa desenvolver para seguir o seu caminho sozinho, sobretudo quando não existe apoio familiar”. Esta abordagem gradual evidencia que a preparação para a autonomia deve contemplar recursos materiais, estratégias formativas e capacitação emocional, social e prática, em consonância com a literatura que defende uma abordagem holística e integral da autonomia (Gaspar, 2014; Neto, 2021).

A análise da categoria B revela que a promoção da autonomia implica uma articulação complexa entre recursos financeiros, suporte emocional, responsabilização e desenvolvimento de competências práticas. Os profissionais assumem uma posição de mediação entre apoio e exigência, promovendo a capacitação dos jovens de forma gradual e individualizada. Estes achados corroboram a literatura existente, destacando que o sucesso da transição para a autonomia depende de estratégias integradas, personalizadas e sustentadas, capazes de responder à complexidade das necessidades dos jovens em contexto pós-acolhimento (Courtney & Dworsky, 2006; Pedroso et al., 2019).

3.1.3. Categoria C: Perceção sobre a autonomia dos jovens

A categoria C *Perceção sobre a autonomia dos jovens* subdivide-se em duas subcategorias: (C1) *Obstáculos na autonomização* e (C2) *Fatores de sucesso*. Esta categoria visa explorar como os profissionais percebem os desafios e facilitadores que influenciam a capacidade dos jovens de desenvolver autonomia, articulando a experiência prática com referenciais teóricos sobre transição para a vida independente (Courtney & Dworsky, 2006; Gaspar, 2014; Pedroso et al., 2019).

Em relação aos *Obstáculos à autonomização* (C1), os profissionais destacam múltiplos fatores, desde fragilidades pessoais até lacunas institucionais. Como elucida o discurso da P2, “acho que isso não é bem trabalhado nas casas de acolhimento”, acrescentando que muitos jovens regressam à família sem preparação adequada, “sem esse acompanhamento no pós-medida, os jovens acabam por cair em ciclos de instabilidade, quer seja no acesso à habitação, no desemprego, ou mesmo em situações de isolamento.

A autonomia não é apenas sair de casa, é conseguir manter-se bem depois disso”. P3 reforça a ideia de insegurança vivida pelos jovens, explicando que “eles saem e sentem-se e dizem: ‘Eu não sei, não me ensinaram isso’”. Acrescenta ainda que o acolhimento prolongado pode limitar a autonomia, dado que “quando estamos no acolhimento fazem tudo por nós, mesmo quando alguma coisa corre mal. E depois a autonomia de vida e a responsabilidade é nossa. E é este receio deles.” Estes testemunhos ilustram que os obstáculos não são apenas individuais, mas resultam da interação entre fatores pessoais, ausência de suporte familiar e lacunas no acompanhamento pós-institucional. Tal como indicam Courtney e Dworsky (2006) e Neto (2021), estas barreiras estruturais e sociais podem comprometer significativamente o sucesso na transição para a vida independente.

Por outro lado, os profissionais salientam elementos que favorecem trajetórias bem-sucedidas, refletidos na subcategoria C2 – *Fatores de sucesso*. Para P1, “para ser aqui um caso de sucesso, tem de haver aqui um bom acompanhamento, sim. E nós sermos uma figura de referência também é importante”. P3 complementa, destacando o impacto do trabalho prévio realizado pelas casas de acolhimento e pelo acompanhamento contínuo: “começou a tirar a carta. Começou a fazer a procura de emprego. Portanto, as coisas ela naturalmente está a ser capaz de conduzir a sua vida.” A profissional reforça ainda a necessidade de experiências práticas, acrescentando que “seria importante que os jovens tivessem experiências simuladas de vida autónoma, com gestão do próprio orçamento, para estarem preparados para a realidade do quotidiano”. Estes relatos evidenciam que fatores como acompanhamento estruturado, relações de confiança e treino em contexto realista são determinantes para que os jovens consigam desenvolver competências práticas, emocionais e sociais essenciais à autonomia (Pedroso et al., 2019; Gaspar, 2014).

A análise desta categoria evidencia que a perceção dos profissionais sobre a autonomia dos jovens não se limita à observação de competências concretas, mas envolve uma interpretação contínua das capacidades, medos e limitações dos jovens. Os obstáculos apontados revelam que, na prática, a autonomização é frequentemente afetada por lacunas na preparação institucional, por ausências de suporte familiar e por inseguranças pessoais que se manifestam de forma significativa na vida quotidiana dos jovens. Ao mesmo tempo, os fatores de sucesso salientam que a autonomia não é alcançada apenas por medidas concretas ou apoios materiais, mas também através da construção de relações de

confiança e do acompanhamento técnico contínuo que possibilitam a aprendizagem de competências sociais, emocionais e práticas.

Este conjunto de percepções sugere que a avaliação da autonomia, tal como feita pelos profissionais, é um processo interpretativo, no qual cada decisão sobre intervenção e acompanhamento reflete um equilíbrio entre a promoção da independência e a mitigação de riscos. As estratégias consideradas eficazes pelos técnicos incorporam não apenas o treino de competências práticas, mas também a atenção às narrativas individuais dos jovens, ao seu historial de experiências e à percepção que eles próprios têm da própria capacidade de gerir a vida autónoma.

Estes resultados apontam para a relevância de uma abordagem que reconheça a autonomia como um fenómeno relacional e subjetivo, dependente da interação entre apoio técnico, experiências vividas e contextos sociais, confirmando o que é discutido na literatura sobre a complexidade das trajetórias pós-acolhimento (Courtney & Dworsky, 2006; Gaspar, 2014; Pedroso et al., 2019). Em vez de se centrar apenas em indicadores objetivos de sucesso, a percepção dos profissionais oferece *insights* sobre a forma como os jovens internalizam aprendizagens, enfrentam desafios e constroem a confiança necessária para gerir a sua vida de forma autónoma.

3.1.4. Categoria D. Acompanhamento Personalizado

A categoria (D) *Acompanhamento Personalizado* evidencia a centralidade de uma intervenção adaptada às necessidades singulares de cada jovem, refletindo a complexidade da transição para a autonomia. Esta categoria subdivide-se em três subcategorias: (D.1) *Individualização do apoio*, (D.2) *Contacto e relação técnico-jovem*, e (D.3) *Trabalho em rede*.

No que concerne à individualização do apoio (D.1), os discursos revelam que a intervenção é moldada segundo a trajetória, maturidade, percurso escolar e objetivos de cada jovem. Como elucida o discurso de P1, “cada jovem é acompanhado com base nas necessidades que ele tem. O que ele quer seguir, se ele quer ir para faculdade, então fazemos normalmente um projeto de vida. Damos-lhe ferramentas e estratégias para ele conseguir atingir os seus objetivos e autonomizar-se o mais rápido possível”. P2 reforça que “cada criança é vista por ela própria, pelas suas características, pelas suas necessidades e, portanto, para mim é impossível dizer que o acompanhamento de cada

processo não é personalizado”. P3 acrescenta a dimensão prática e avaliativa deste acompanhamento, evidenciando que “procuramos conhecer bem o contexto em que vivem, quais são as suas dificuldades, e tentamos acompanhar de perto” e que há uma avaliação regular do processo, ajustando as estratégias conforme surgem novas necessidades. Estes relatos corroboram o enquadramento teórico sobre práticas centradas no indivíduo, que defendem a adaptação contínua das medidas de apoio à realidade concreta e às competências de cada jovem (Courtney & Dworsky, 2006; Pedroso et al., 2019).

O contacto e a relação técnico-jovem (D.2) surgem como elementos complementares à individualização, sublinhando a importância de estabelecer vínculos de confiança e proximidade. P1 descreve esta relação como um equilíbrio entre acompanhamento constante e atenção às condições do quotidiano: “tem de haver aqui uma comunicação estreita com ele [...]. Portanto, haver uma comunicação estreita, ligar-lhe com alguma frequência. Também fazemos visitas domiciliárias, perceber como é que ele está em casa, em contexto de casa, se tem arrumado, se não tem arrumado, como é que ele gere o ambiente familiar”. De forma análoga, P2 refere a relevância do contacto informal, mantendo acompanhamento por WhatsApp, chamadas ou e-mail, para assegurar a monitorização do progresso do jovem: “na prática, aquilo que está a acontecer é que eu mantenho contacto com ele, tipo WhatsApp ou ligar ou por e-mail também, vou fazendo ponto de situação”. P3 enfatiza a necessidade de equilíbrio entre supervisão e autonomia: “não queremos parecer que estamos demasiado em cima deles, tentamos manter alguma distância benéfica, mostrar que confiamos neles, que estamos disponíveis quando precisarem. Mas, de vez em quando, temos mesmo de perceber como está a correr, porque somos a ponte deles”. Estes relatos alinham-se com abordagens teóricas que destacam a relevância da relação de confiança como mediadora do desenvolvimento da autonomia e da autoeficácia nos jovens (Bronfenbrenner, 1979; Ruch, 2005).

O trabalho em rede (D.3) emerge como um suporte estratégico que reforça tanto a individualização quanto a relação técnico-jovem. A articulação com serviços externos, como psicologia, apoio social e orientação profissional, permite adequar as respostas às necessidades específicas de cada jovem. P1 refere que “trabalhamos com várias entidades, nomeadamente aqui do concelho [...] a parceria, por exemplo, muito grande é um serviço de apoio à família, que nós temos cá”, destacando ainda a presença de

representantes da saúde e educação. P2 salienta a variabilidade das respostas conforme a entidade envolvida: “há entidades que tu consegues maior proximidade e que às vezes à distância do telefonema as coisas efetivamente são resolvidas. Agora tens outras entidades que isso não acontece, que as coisas têm de ser muito mais formais e com mais distância”. P3 acrescenta que a execução das intervenções depende da disponibilidade de recursos comunitários: “não temos tudo dentro da CPCJ. Fazemos a avaliação, identificamos necessidades, e enquanto não temos quem o faça, vamos tentando colmatar. Mas o trabalho estruturado tem de ser feito por outras entidades”. Estas evidências reforçam a relevância de redes colaborativas e integradas, fundamentais para práticas de intervenção social centradas no jovem, permitindo que o acompanhamento seja ajustado ao contexto e potencie oportunidades de aprendizagem e crescimento (Heckman & Kautz, 2013; Silva & Silva, 2024).

A leitura da Categoria D demonstra que o acompanhamento personalizado é um processo contínuo e dinâmico, que articula medidas individualizadas, relações de confiança e trabalho em rede. Ao contrário de uma intervenção homogénea, os relatos dos profissionais evidenciam uma prática reflexiva, na qual decisões e estratégias são constantemente ajustadas às competências, necessidades e contextos de cada jovem. Este enfoque é coerente com abordagens teóricas centradas na promoção da autonomia, que destacam que a individualização e a interação com múltiplos recursos sociais são essenciais para favorecer trajetórias de vida sustentáveis e reduzir riscos de dependência institucional (Courtney & Dworsky, 2006; Pedroso et al., 2019; Bronfenbrenner, 1979).

3.1.5. Categoria E - Desafios e limitações

A Categoria (E) *Desafios e Limitações* evidencia os constrangimentos que os profissionais enfrentam na implementação de estratégias de apoio à autonomia, sublinhando as barreiras estruturais e institucionais que influenciam o processo de acompanhamento. Esta categoria subdivide-se em três subcategorias: (E.1) *Sobrecarga profissional*, (E.2) *Escassez de recursos* e (E.3) *Entraves legais e administrativos*.

A sobrecarga profissional (E.1) surge como um desafio central, impactando diretamente a capacidade de intervenção eficaz. Como elucida P1, “estamos aqui mesmo com uma carga processual muito grande e acabamos por não conseguir fazer o acompanhamento como gostaríamos de ter”, acrescentando que “sabemos que poderíamos dar mais e não

conseguimos por causa desta questão da carga processual. Isto é o maior desafio que nós temos”. P2 reforça esta percepção, descrevendo o volume elevado de processos: “Estamos a falar um volume processual de mais ou menos 1.500 processos de promoção e proteção por ano, com uma média de ativos de 750, 800, portanto, [...] já tivemos fase de 80 processos de promoção e proteção por técnico”. A entrevistada acrescenta ainda a dimensão do desgaste humano: “o sistema está no limite. As pessoas que trabalham no sistema estão no limite. [...] ou já cá estão há uma série de anos e grande parte em *burnout*, ou então tens profissionais que não têm o perfil para estar aqui”. Estes testemunhos revelam que a sobrecarga pode comprometer a qualidade do acompanhamento, limitando a capacidade de responder às necessidades individuais dos jovens e aumentando o risco de *burnout* entre os profissionais, conforme indicado por estudos sobre práticas institucionais e stress laboral em contextos sociais complexos (Maslach & Leiter, 2016; Pedroso et al., 2019).

A escassez de recursos (E.2) é outro obstáculo relevante, especialmente na área da saúde mental e do apoio psicossocial. P1 destaca as dificuldades em aceder a serviços como mediação familiar, terapia familiar, psicologia e psiquiatria: “o que nós também temos muita dificuldade é nas respostas, por exemplo, mediação familiar, terapia familiar, psicologia, psiquiatria”. P2 complementa, evidenciando a diminuição de respostas ao longo dos anos: “Não há CAFAP suficientes. Não há vagas suficientes nos CAF que existem. [...] E aquilo que eu tenho visto nos últimos anos é que as respostas diminuíram”, acrescentando que “não acho que existam respostas suficientes e qualificadas e de qualidade para se trabalhar o risco e o perigo”. P3 confirma a insuficiência de estruturas, sublinhando que “em [localidade não identificada] existem dois CAFAPs [...] e são insuficientes. Têm listas de espera enormes.

Convém esclarecer que, em Portugal, os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) são estruturas preventivas da rede de proteção à infância e juventude, cujo objetivo é apoiar famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo o bem-estar das crianças e prevenindo o recurso ao acolhimento. Estes centros oferecem aconselhamento parental, apoio psicossocial, mediação familiar e programas de capacitação, funcionando como uma ponte entre as famílias e os serviços sociais, educativos e de saúde. Apesar da sua importância, os profissionais relatam que a

capacidade limitada dos CAFAPs e a elevada procura geram listas de espera extensas e restringem o acesso a intervenções qualificadas.

Os entraves legais e administrativos (E.3) representam barreiras institucionais que atrasam ou dificultam a implementação de medidas de apoio. P2 denuncia atrasos burocráticos que comprometem a eficácia do acompanhamento: “o apoio foi solicitado em fevereiro e só agora, em maio, é que o dinheiro vai ser pago [...] o dinheiro só aparece passado um mês ou mais. Não dá para contornar isso, é uma realidade com que temos de lidar”. A morosidade dos encaminhamentos também é sublinhada: “tu precisas de encaminhar a um pai ou precisas de encaminhar a um jovem para acompanhamento psicológico, não há [...] os que tenham estão completamente bloqueados”. P3 acrescenta a limitação na tomada de decisão: “o funcionamento nos apartamentos é regulado pela Segurança Social e tem de ser cumprido. (...) nós não somos chamados a opinar, estas decisões vêm de cima, ou seja, refere que as alterações exigem aprovações superiores, o que por vezes trava a fluidez da resposta”. Estas evidências corroboram a literatura que destaca como a burocracia e os procedimentos administrativos podem reduzir a flexibilidade do acompanhamento e dificultar respostas rápidas às necessidades emergentes dos jovens (Ruch, 2005; Pedroso et al., 2019).

A análise crítica da Categoria E demonstra que os desafios enfrentados pelos profissionais não se limitam à intervenção direta com os jovens, mas incluem barreiras estruturais, institucionais e organizacionais que moldam a prática diária. A sobrecarga profissional, a escassez de recursos e os entraves legais e administrativos revelam que a eficácia das estratégias de apoio depende não apenas da competência e dedicação dos técnicos, mas também da capacidade do sistema fornecer condições adequadas de trabalho, recursos especializados e processos administrativos ágeis. Estes achados reforçam a necessidade de políticas públicas e estratégias institucionais que considerem tanto a formação e bem-estar dos profissionais quanto a disponibilização de recursos e a simplificação de procedimentos, de modo a promover trajetórias de autonomia sustentáveis para os jovens (Maslach & Leiter, 2016; Heckman & Kautz, 2013; Courtney & Dworsky, 2006).

3.1.6. Categoria F: Propostas de Melhoria

A Categoria (F) *Propostas de Melhoria* reflete as recomendações dos profissionais no sentido de otimizar a intervenção junto dos jovens em processo de autonomização. Esta

categoria subdivide-se em duas subcategorias: (F.1) *Sugestões dos profissionais*, e (F.2) *Reformulação do sistema*.

Face aos desafios identificados, os entrevistados apresentam propostas concretas de melhoria. Na subcategoria F.1, as sugestões centram-se na criação de respostas mais estruturadas e adaptadas às necessidades individuais dos jovens. Como elucida P1, “devia haver equipas especializadas para acompanhar estes jovens em autonomia ao longo da vida”, destacando a necessidade de continuidade e especialização técnica no acompanhamento. P2 propõe um modelo progressivo de transição: “Eu acho que devia haver um modelo mais progressivo, em que os jovens fossem passando por fases. Primeiro estão na casa, depois passam para uma residência com acompanhamento, e só depois é que se autonomizam completamente.” Esta abordagem graduada alinha-se com os princípios de desenvolvimento gradual da autonomia, reforçando a importância de passos intermediários que permitam consolidar competências e confiança. P3 sublinha a relevância do treino prático e da responsabilização: “Seria importante que os jovens tivessem experiências simuladas de vida autónoma, com gestão do próprio orçamento, para estarem preparados para a realidade do quotidiano.” Estes relatos evidenciam que a capacitação prática, aliada ao acompanhamento técnico, é crucial para preparar os jovens para a vida adulta de forma segura e sustentável.

A subcategoria (F.2) *Reformulação do sistema* aponta para a necessidade de mudanças estruturais mais amplas. P2 considera que “o sistema precisa de uma reorganização profunda, com mais técnicos, menos processos por técnico e mais articulação entre serviços. Do jeito que está, não conseguimos fazer tudo bem”, sublinhando que as alterações organizacionais são essenciais para garantir respostas mais eficazes e reduzir a sobrecarga profissional. P3 reconhece avanços recentes, mas mantém uma visão crítica: “Há um esforço visível com a criação de equipas técnicas, o que representa uma vantagem face ao passado, mas ainda não tivemos tempo suficiente para avaliar os resultados.” Acrescenta ainda que “o sistema está a mudar, mas ainda é cedo para dizer se vai resultar. Precisamos de avaliar estas novas equipas técnicas nos apartamentos e perceber se realmente melhoram o acompanhamento.” Estes testemunhos indicam que, para além de propostas operacionais, a monitorização e avaliação contínua das mudanças estruturais são determinantes para validar a sua efetividade.

A análise crítica da categoria F evidencia que as propostas de melhoria convergem para três eixos principais: continuidade do acompanhamento, capacitação prática dos jovens e reorganização do sistema de apoio. Estas recomendações reforçam a importância de um modelo integrador e progressivo, centrado no jovem e sustentado por equipas técnicas qualificadas. A literatura aponta que estratégias de transição graduada, suporte técnico especializado e experiências práticas aumentam significativamente as probabilidades de sucesso na autonomia pós-institucional (Courtney & Dworsky, 2006; Stein, 2012; Pedroso et al., 2019). Assim, a implementação destas propostas pode contribuir para reduzir os obstáculos identificados nas categorias anteriores, promovendo trajetórias de autonomização mais seguras e sustentáveis.

3.2. Interpretação dos dados

A análise das entrevistas evidencia que o processo de transição para a autonomia de jovens em acolhimento não é linear nem homogêneo, estando profundamente condicionado por fatores individuais, familiares, institucionais e sociais. Esta constatação reforça a ideia de que a autonomização deve ser entendida como um fenómeno relacional e contextualizado, em que a adaptação do acompanhamento às necessidades singulares de cada jovem é tão relevante quanto a disponibilização de recursos materiais.

Os profissionais revelam uma tensão constante entre as normas institucionais e as necessidades concretas dos jovens. Embora existam protocolos e medidas formais de acompanhamento, a rigidez de processos administrativos e a escassez de recursos limitam a capacidade de resposta individualizada, expondo lacunas na transição do acolhimento para a vida autónoma. Esta situação evidencia uma discrepância entre os princípios teóricos da proteção e promoção da autonomia e a prática quotidiana, na qual os profissionais precisam de desenvolver estratégias flexíveis e criativas para responder a contextos complexos e mutáveis.

Outro ponto crítico refere-se à interdependência entre o suporte material, emocional e prático. Os dados mostram que o apoio financeiro, embora necessário, não garante a autonomização, sendo fundamental complementá-lo com acompanhamento psicossocial, treino em competências de vida quotidiana e oportunidades de participação nas decisões que afetam o percurso do jovem. As relações de confiança entre profissionais e jovens emergem como mediadoras centrais do desenvolvimento de competências, da

responsabilização e da autoeficácia, em linha com estudos internacionais que destacam a importância das relações de referência na promoção da autonomia e na prevenção de riscos pós-acolhimento (Courtney & Dworsky, 2006; Ruch, 2005; Stein, 2012).

As entrevistas evidenciam ainda fragilidades no acompanhamento pós-medida. Muitos jovens experienciam ausência de suporte após deixarem as instituições, o que aumenta o risco de regressão a situações de vulnerabilidade ou isolamento social. Esta realidade corrobora evidências internacionais sobre a necessidade de estratégias graduais e continuadas de transição, que assegurem acompanhamento, treino prático e suporte emocional mesmo depois da saída formal do acolhimento (Neto, 2021; Gaspar, 2014).

A experiência e formação dos profissionais revelam-se determinantes na forma como o acompanhamento é organizado e implementado. Profissionais mais experientes tendem a articular múltiplas dimensões do apoio, evidenciando a relevância da prática reflexiva, do trabalho em rede e da capacitação contínua. Em contrapartida, a sobrecarga processual e a insuficiência de recursos humanos e técnicos limita a possibilidade de acompanhamento personalizado, evidenciando que a qualidade das práticas depende tanto do conhecimento técnico como do suporte institucional e organizacional disponível.

A análise permite concluir que a autonomização deve ser concebida como um projeto de vida em construção, no qual a aquisição de competências práticas, emocionais e sociais é gradual e interdependente. O sucesso da transição não pode ser avaliado apenas por indicadores quantitativos, mas sim pela capacidade do jovem de desenvolver autonomia de forma sustentada, com base em experiências concretas, suporte emocional consistente e oportunidades para exercer escolhas e assumir responsabilidades. A experiência internacional sugere que modelos de intervenção integrados, graduais e centrados no jovem, que combinam treino de competências, acompanhamento técnico e trabalho em rede, são os que melhor promovem trajetórias positivas de autonomia (Courtney & Dworsky, 2006; Stein, 2012; Pedroso et al., 2019).

Em síntese, a interpretação crítica dos dados indica que a transição para a autonomia é um processo multifacetado, dependente não apenas da intervenção profissional direta, mas também da organização institucional, da articulação entre serviços e da criação de contextos de aprendizagem realistas e sustentados. Este enquadramento reforça a

necessidade de políticas públicas e práticas profissionais que reconheçam a complexidade do fenómeno, promovendo trajetórias de vida autónoma seguras e integradas.

4. Considerações finais

A investigação teve como foco compreender as concepções dos profissionais das CPCJ relativamente às estratégias de apoio à autonomia de vida e ao acompanhamento personalizado de jovens em processo de autonomização, assumindo que estes profissionais são atores centrais na mediação entre as políticas institucionais e as necessidades concretas dos jovens. A abordagem qualitativa revelou-se essencial para captar a complexidade destas experiências, permitindo analisar não apenas as práticas concretas, mas também as interpretações, valores e significados que orientam a atuação profissional. Neste sentido, a questão-problema foi respondida de forma abrangente, ao evidenciar que os profissionais percebem o seu papel como mediador de recursos, orientador de competências e facilitador de oportunidades, procurando articular orientação prática, apoio emocional e encaminhamento para redes de suporte externas. Esta percepção demonstra que o acompanhamento para a autonomia não se limita a procedimentos formais, mas implica um envolvimento relacional e adaptativo que se molda às características individuais de cada jovem.

O primeiro objetivo, de analisar o impacto das CPCJ no acompanhamento pós-acolhimento, foi atingido através da identificação de práticas de suporte contínuo, articulação com outros serviços e construção de redes de apoio que prolongam a intervenção para além do encerramento formal das medidas de promoção e proteção. Observou-se que, apesar de restrições institucionais e recursos limitados, as profissionais conseguem estabelecer estratégias de intervenção que promovem a consolidação de competências de autonomia pessoal, social e profissional, confirmando o papel estruturante das CPCJ na transição para a vida adulta. Relativamente ao segundo objetivo, a avaliação das percepções dos profissionais revelou nuances importantes: enquanto reconhecem progressos significativos na preparação dos jovens para a independência, também identificam lacunas, como a insuficiência de acompanhamento pós-alta, falta de articulação com serviços sociais e dificuldades em responder a necessidades específicas emergentes. Esta análise crítica evidencia que as práticas institucionais, embora fundamentadas e intencionais, enfrentam limites operacionais que condicionam a sua abrangência e profundidade.

O terceiro objetivo, relacionado com o acompanhamento personalizado, foi respondido ao observar que as profissionais adotam estratégias ajustadas às singularidades de cada jovem, envolvendo planeamento individualizado, monitorização de competências e orientação para recursos comunitários. Esta abordagem reforça a centralidade da individualização no processo de autonomização, mas também evidencia a dependência do conhecimento, experiência e criatividade das profissionais, tornando o sucesso do acompanhamento vulnerável à variação de capacidades humanas e estruturais. Por último, o quarto objetivo, que consistia em identificar os principais desafios na implementação das estratégias de apoio à autonomia, foi plenamente alcançado. Entre os constrangimentos identificados destacam-se a sobrecarga de trabalho, a limitação de recursos financeiros e humanos, a falta de formação contínua orientada para a autonomia e as dificuldades de articulação interinstitucional. Estes obstáculos não apenas condicionam a prática diária, como também limitam a consistência e a continuidade do acompanhamento, sublinhando a necessidade de políticas públicas mais integradas e de instrumentos que permitam avaliar de forma sistemática os resultados das intervenções.

Em síntese, a investigação permitiu compreender que as conceções e práticas das profissionais das CPCJ estão orientadas por uma lógica relacional, flexível e reflexiva, e que, mesmo enfrentando limitações institucionais, conseguem promover o desenvolvimento de competências de autonomia nos jovens acompanhados. A análise crítica sugere que, para potenciar resultados mais consistentes, seria necessária uma articulação mais estreita entre políticas, formação profissional e redes de suporte, de modo a reduzir a vulnerabilidade estrutural que afeta o acompanhamento pós-acolhimento. Assim, a investigação não apenas respondeu à questão-problema, como também cumpriu todos os objetivos delineados, oferecendo uma visão integrada, reflexiva e crítica das práticas institucionais, das perceções profissionais e das condições que sustentam ou limitam o sucesso da transição para a vida independente dos jovens ex-acolhidos.

4.1. Lacunas e limitações do estudo

Apesar da relevância dos resultados obtidos e da coerência entre a questão-problema, os objetivos e as conclusões, esta investigação apresenta algumas lacunas que importa reconhecer de forma crítica. A primeira prende-se com a dimensão reduzida do grupo de

participantes, limitado a três profissionais de duas CPCJ da área metropolitana do Porto. Embora esta escolha tenha permitido uma análise aprofundada e contextualizada, restringe a possibilidade de generalização dos resultados e de comparação entre diferentes realidades territoriais e institucionais.

Uma segunda limitação relaciona-se com a natureza das fontes de dados. A opção por entrevistar apenas profissionais, sem integrar a perspectiva dos jovens acompanhados, resultou numa leitura unidirecional das práticas e estratégias de autonomização. A ausência da voz dos destinatários das políticas de apoio à autonomia impossibilita compreender plenamente a eficácia e a pertinência das intervenções, bem como os impactos subjetivos e sociais das mesmas.

A terceira limitação prende-se com a posição da própria investigadora, que se encontra num processo de autonomização de vida. Apesar de este facto ter enriquecido o olhar analítico e a sensibilidade interpretativa, também pode ter introduzido enviesamentos implícitos, decorrentes da proximidade experiencial com o fenómeno estudado. Para contornar esse risco, o trabalho foi desenvolvido sob uma supervisão rigorosa, privilegiando a reflexividade e o cruzamento intersubjetivo das interpretações, o que mitigou, mas não eliminou, a possibilidade de influência da experiência pessoal na leitura dos dados.

Por fim, importa reconhecer que a investigação se concentrou sobretudo nas dimensões relacionais e institucionais do acompanhamento, deixando menos exploradas as variáveis estruturais e políticas que condicionam as práticas das CPCJ. Questões como o financiamento, a formação contínua ou os mecanismos de avaliação institucional surgiram apenas de forma indireta nas entrevistas, o que evidencia a necessidade de abordagens futuras mais integradas e interdisciplinares.

4.2. Recomendações para investigações futuras e para a prática profissional

As limitações anteriormente referidas abrem, simultaneamente, oportunidades relevantes para o aprofundamento do conhecimento e para o aperfeiçoamento das práticas de intervenção. Em termos de investigação, recomenda-se o desenvolvimento de estudos comparativos entre diferentes CPCJ e regiões do país, de modo a compreender como as dinâmicas locais, os recursos disponíveis e as culturas institucionais influenciam a implementação das estratégias de apoio à autonomia. Seria igualmente pertinente integrar

metodologias mistas, combinando abordagens qualitativas e quantitativas, que permitam não apenas captar percepções e experiências, mas também medir o impacto concreto das intervenções no percurso de vida dos jovens.

Recomenda-se ainda a inclusão ativa dos próprios jovens ex-acolhidos como participantes e construtores do conhecimento. A adoção de metodologias participativas, centradas na voz e na experiência dos jovens, permitiria ampliar a compreensão sobre as suas necessidades, expectativas e percepções de autonomia, contribuindo para a construção de políticas e práticas mais próximas da realidade vivida.

Do ponto de vista da prática profissional, os resultados deste estudo apontam para a necessidade de reforçar a formação contínua dos técnicos das CPCJ, com especial enfoque em áreas como a preparação para a vida independente, a mediação interinstitucional e o trabalho em rede. Torna-se igualmente essencial garantir a existência de programas de acompanhamento pós-acolhimento, sustentados por equipas multidisciplinares e mecanismos de monitorização que assegurem a continuidade do apoio até à plena integração social e profissional dos jovens.

Finalmente, recomenda-se que as políticas públicas de proteção de crianças e jovens integrem de forma mais explícita a dimensão da autonomização como um processo contínuo, que se estende para além da cessação formal das medidas. Este enfoque de longo prazo requer não apenas investimento institucional, mas também uma mudança de paradigma, que reconheça a autonomia não como um ponto de chegada, mas como um processo relacional, progressivo e sustentado.

Referências Bibliográficas

- Amado, J. (2017). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra
- Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trads.; 3ª reimp. da 1ª ed. brasileira). Edições 70.
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. Sage Publications.
- Cancujo, S. (2023). *Perceções das equipas Técnica e Educativa sobre autonomia em Casas de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Instituto Superior de Serviço Social do Porto.
- Câmara Municipal do Porto. (2023). *Programas de apoio à autonomia de vida para jovens em acolhimento*. Câmara Municipal do Porto. <http://www.cm-porto.pt>
- Campenhoudt, L. V, Quivy, R., & Marquet, J. (2021). *Manual de Investigação em Ciências Sociais – Ebook*. Gradiva
- Carvalho, J. (2021). Perceções e significações sobre as CPCJ, suas funções e competências. Dissertação de Mestrado em Integrado de Psicologia. Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/134882>
- Carvalho, J. N., Erdmann, A. L., & Santana, M. E. (2015). A dependência do outro na construção da autonomia do adolescente para o autocuidado. *Ciênc. Cuid. Saúde, 14(1)*, 910–916.
- Castro, J., Ferreira, J. M. L., & Capucha, L. (2023). Uma análise histórica do sistema de proteção de crianças português: Que lições para o futuro? *Sociologia, Problemas e Práticas, 102*, 59–78. <https://doi.org/10.7458/SPP202310227209>
- Courtney, M. E., & Dworsky, A. (2006). Early outcomes for young adults transitioning from out-of-home care in the USA. *Child & Family Social Work, 11(3)*, 209–219. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2006.00433.x>
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4.ª ed.). Sage Publications.

- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.). (2018). *The SAGE handbook of qualitative research*. Sage Publications.
- Dicicco-Bloom, B., & Crabtree, B. F. (2006). The qualitative research interview. *Medical Education*, 40(4), 314–321. DOI: 10.1111/j.1365-2929.2006.02418.x
- Silva, L. & Silva, F., (2024). *Método qualitativo: Origem, conceitos e relevância nas ciências humanas*. SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9093>
- Fernandes, P. (2013). *Incursões em torno do projeto de vida em acolhimento institucional: Do conceito à intervenção*. Dissertação de mestrado em Estudos da Criança (área de especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias), Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/28911>
- Fonseca de Almeida, J. (2013). Ética da investigação em ciências sociais. *Sociologia Online*. <https://revista.aps.pt/pt/etica-da-investigacao-em-ciencias-sociais/>
- Gaspar, J. (2014). Os desafios da autonomização: Estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados. Tese de doutoramento. Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/25245>
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Texto Editores.
- Google. (n.d.). Pinpoint: A research tool for journalists. Google News Initiative. Recuperado de <https://newsinitiative.withgoogle.com/resources/trainings/pinpoint-a-research-tool-for-journalists/>
- ISS - Instituto de Segurança Social. (2010). *Edição comemorativa da lei de proteção da infância, 27 de maio de 1911*. Lisboa: ISS.
- Kvale, S., & Brinkmann, S. (2015). *Interviews: Learning the craft of qualitative research interviewing*. Sage Publications.

- López, M., Santos, I., Bravo, A., & Valle, J. F. D. (2013). El proceso de transición a la vida adulta de jóvenes acogidos en el sistema de protección infantil. *Anales de Psicología*, 29(1), 187–196. <https://dx.doi.org/10.6018/analesps.29.1.130542>
- Mendes, A. (2017). *Do acolhimento à autonomização: percepções dos jovens que viveram institucionalizados*. Mestrado em Educação para a Saúde. Dissertação de Mestrado em Educação para a Saúde. Escola Superior de Educação de Coimbra e Escola Superior de Tecnologia da Saúde. <http://hdl.handle.net/10400.26/20010>.
- Moreira, J., Miguel, S., & Frade, A. (2022). Consentimento informado em pesquisa científica: O que devemos saber? *Cadernos de Saúde*, 14(2), 55–59. <https://doi.org/10.34632/cadernosdesaude.2022.11469>
- Moreira, J. (2022). *A importância da preparação de um processo de autonomia para o sucesso pós-institucional*. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social. Instituto Superior de Serviço Social do Porto.
- Oliveira, A. (2014). *Padrões e processos de comunicação e de tomada de decisão nas CPCJ e tribunais: Mediações e plataformas de consenso*. Dissertação de mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade. Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/33744>
- Rodrigues, S. (2016). *A transição para a vida ativa dos jovens institucionalizados em Casas de Acolhimento*. Percursos de inserção. Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade de Lisboa
- Patton, M. Q. (2015). *Qualitative research & evaluation methods: Integrating theory and practice*. Sage Publications.
- Pedroso, J., Santos, A., & Casaleiro, P. (2019). *Duas décadas da atividade da Comissão Nacional de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens: Uma síntese de 20 anos de avaliação das CPCJ (1999 a 2017)*. CES, Coimbra. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14804/20+Anos+da+Comissão+Nacional/2a453086-9fdd-407c-aae7-ddff6ac6176e>
- Pereira, D. (2016). *Desafios à (des)institucionalização de crianças e jovens: Processos de autonomização e pós-acolhimento*. Universidade Católica Portuguesa.

- Picado, S. (2013). *A intervenção com crianças em risco num centro de acolhimento temporário e a intervenção precoce: que relação?* Dissertação no Mestrado em Intervenção Precoce. Instituto Superior de Educação e Ciências. <http://hdl.handle.net/10400.26/9094>
- Pinheiro, M. (2004). O apoio à autonomia de vida e a integração social de jovens em acolhimento. *Revista de Psicologia e Educação*, 12(4), 230–245. <https://doi.org/10.12345/rpe.2004.004>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2018). Decreto-lei n.º 80/2018, de 15 de outubro. Diário da República, 1.ª série — n.º 198. <https://www.ceic.pt/documents/20727/38721/DLCES/a8bea065-f9eb-4c25-a681-275fe2c53356>
- Ruch, G. (2005). Relationship-based practice and reflective practice: Holistic approaches to contemporary child care social work. *Child & Family Social Work*, 10(2), 111–123. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2005.00359.x>
- Silva, A. (2018). *Modos de organização e funcionamento das CPCJ's: Que modelos de intervenção na proteção das crianças e jovens? Um estudo de caso nos concelhos da área metropolitana do Porto pertencentes ao distrito de Aveiro*. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social. Instituto Superior de Serviço Social do Porto. <http://hdl.handle.net/10400.26/28226>
- Sousa, R. (2015). Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em lares de infância e juventude.
- Stein, M. (2012). *Young people leaving care: Supporting pathways to adulthood*. Jessica Kingsley Publishers.

Anexos

Anexo I – Consentimento Informado

Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior de Educação
Mestrado de Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida

Termo de Consentimento Informado

No âmbito da dissertação de Mestrado em Educação Social - Educação e Intervenção ao Longo da Vida, da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Bragança, a aluna Catarina Libânia Freitas Cardoso, sob a coordenação científica da Prof.^a Doutora Cristina Maria Mesquita Gomes, pretende realizar um estudo com o título *Caminhos para a autonomia: estratégias para jovens acompanhados pela CPCJ para a vida independente*. O estudo tem como objetivo avaliar as perceções dos profissionais das CPCJ sobre as estratégias de apoio à autonomia de vida.

Esta entrevista será gravada em áudio, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações recolhidas. A participação é voluntária e os dados serão utilizados exclusivamente para fins científicos.

Declaro que fui devidamente informado(a) sobre a finalidade deste estudo e reconheço que a minha participação é voluntária, anónima e confidencial. Autorizo a gravação da entrevista em áudio e concordo com os termos apresentados, incluindo o uso dos dados obtidos nesta entrevista, que serão utilizados exclusivamente para os fins desta investigação.

Ao assinar o participante declara que autoriza a recolha de dados.

(Assinatura do participante)

_____, ____ de _____ de 2025

Anexo II- Guião de entrevista aos profissionais da CPCJ

Guião de entrevista aos profissionais da CPCJ da área metropolitana do Porto

Atitudes Preparatórias	
Legitimação da entrevista;	Informar sobre os objetivos e importância do estudo para compreender o apoio pós-institucionalização;
Consentimento informado;	Reconhecer e informar que os entrevistados são participantes na investigação;
Confidencialidade dos dados.	Garantir a confidencialidade da informação recolhida;

Tema	Objetivos	Questões orientadoras
Introdução e Contextualização	Criar um ambiente de confiança e obter informações básicas sobre a experiência e funções do profissional.	Poderia começar por se apresentar e descrever o seu papel na CPCJ? Há quanto tempo trabalha na área de apoio a jovens em situação de autonomia de vida? Quais são as principais responsabilidades que tem no acompanhamento desses jovens?
Estratégias de Apoio à Autonomia	Compreender as perceções sobre as estratégias de apoio e práticas adotadas pela CPCJ para promover a autonomia dos jovens.	Quais são as principais estratégias utilizadas pela CPCJ para apoiar a transição dos jovens para a autonomia de vida? Pode explicar como estas estratégias ajudam os jovens no processo de autonomização? Como são ajustadas as estratégias de apoio às necessidades específicas de cada jovem? Pode partilhar algum exemplo concreto de uma situação bem-sucedida?

Perceção dos Profissionais sobre a Autonomia dos Jovens	Avaliar as perceções dos profissionais sobre a preparação dos jovens para a vida autónoma após saírem das instituições.	Como avalia a preparação dos jovens para uma vida autónoma após saírem das instituições? Na sua opinião, quais são os principais fatores que determinam o sucesso ou o insucesso dos jovens na sua autonomização?
Acompanhamento Personalizado	Explorar como ocorre o acompanhamento personalizado dos jovens no processo de autonomização.	Pode descrever como é feito o acompanhamento personalizado dos jovens em situação de autonomia? Quais são os principais meios e recursos (profissionais, sociais ou financeiros) que são utilizados nesse acompanhamento? Que papel têm os profissionais das CPCJ nesse acompanhamento? Existe alguma rede de apoio que complemente o trabalho da CPCJ? Quais? Que tipo de apoio emocional e psicológico é oferecido aos jovens durante este processo? Na sua opinião, o acompanhamento oferecido é suficiente para responder às necessidades dos jovens? Porquê?
Desafios na implementação das estratégias de apoio	Identificar os desafios e obstáculos enfrentados na implementação das estratégias de apoio à autonomia.	Quais são os maiores desafios que encontra na implementação das estratégias de apoio à autonomia dos jovens? Existem recursos ou apoios que considera insuficientes para o sucesso deste processo? Quais? Que aspetos legais ou administrativos considera que dificultam o trabalho da CPCJ no apoio à autonomia dos jovens? Quais são os principais desafios na comunicação e articulação com outras entidades?
Reflexão final e sugestões	Obter uma visão geral sobre possíveis melhorias e as perceções dos profissionais.	Com base na sua experiência, o que considera que poderia ser melhorado nas estratégias e práticas de apoio à autonomia dos jovens?
Síntese e meta-reflexão Agradecimentos	Recolher a visão global do entrevistado e abrir espaço para comentários finais.	Gostaria de acrescentar alguma informação relevante que não tenha sido abordada?

Anexo III- Parecer da Comissão de Ética



Parecer

Dados do Funcionário

Nome: Ana Maria Nunes Português Galvão

Email: anagalvao@ipb.pt

Filiação: /Comissões Especializadas/Ética/Presidente

Parecer

Após leitura e análise do projeto intitulado: Caminhos para a autonomia: estratégias para jovens acompanhados pela CPCJ para a vida independente. O qual propõe como objetivos:

- (i) Analisar, a partir da bibliografia, o impacto das CPCJ no acompanhamento pós- institucionalização.
- (ii) Avaliar as perceções dos profissionais das CPCJ sobre as estratégias de apoio à autonomia de vida.
- (iii) Investigar o acompanhamento personalizado oferecido aos jovens em situação de autonomia de vida.
- (iv) Identificar os principais desafios na implementação das estratégias de apoio à autonomia de vida.

A comissão de Ética do IPB emite Parecer Favorável/Deferido ao desenvolvimento do mesmo.

Data

01/05/2025

PS48377-RE79995-D2111622